

12226
+ 1000

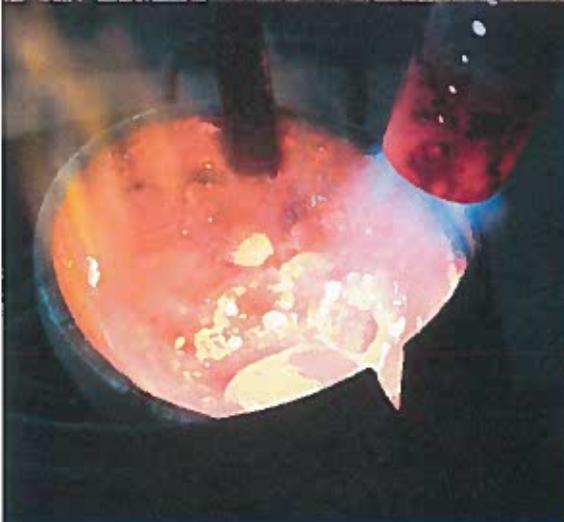
Póvoa de Lanhoso



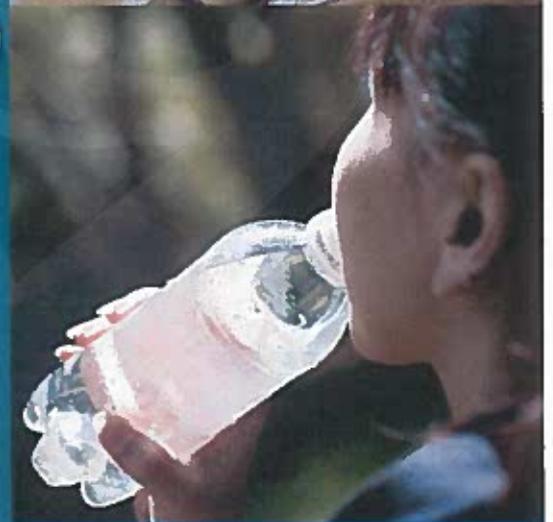
**RELATÓRIO
DE
ATIVIDADES**



**E PRESTAÇÃO
DE CONTAS**



2014



póvoa de lanhoso
município



INDICE

Preâmbulo	2
Relatório de Atividades	4
Atividades setoriais	5
Intervenção Social	5
Crescimento da economia local	16
Educação	21
Património Cultural	26
Promoção Ambiental	33
Coesão Territorial	36
Governo Municipal	37
Prestação de Contas	39

Preâmbulo

O relatório de atividades e prestação de contas que desta forma apresentamos aos órgãos do município espelham maioritariamente as realizações e as expectativas financeiras definidas para este ano, em sede de plano de atividades e orçamento.

A execução orçamental que se fixou em 90% é a evidência maior da capacidade e do enorme rigor de gestão levado a cabo pelo executivo, concretizando genericamente os objetivos que se propôs a alcançar.

Foi assumido de uma forma evidente que este seria um ano de planeamento, de ajustamento à estratégia vertida no novo quadro comunitário e de aproveitamento das verbas disponíveis para investimento respeitantes ao encerramento do QREN.

Ficou também evidente a intenção de efetuar uma consolidação orçamental sempre necessária em cada primeiro ano de mandato. Desiderato este que pretende dar cumprimento às metas definidas no compromisso celebrado no âmbito do PAEL, bem como dando seguimento à estratégia de eliminação da dívida de curto prazo assumida pelo executivo.

Importa registar que a dívida global teve uma redução de 16.5%, sendo que poderia ter sido superior não fora o contributo do município para o FAM e o atraso no pagamento de investimento financiado por fundos comunitários, o que permitiria reduzir a dívida em valor superior a 25%.

Mesmo assim, se tivermos presente que a um esforço de redução de dívida corresponde tradicionalmente uma diminuição de investimento pois a receita não aumentou, foi possível assegurar o normal funcionamento dos serviços e das respostas da autarquia e avançar com projetos estruturantes no âmbito da cultura e dos equipamentos desportivos.

O ano 2014, ao nível de investimentos materiais, fica marcado pelo início da construção do Centro Interpretativo Maria da Fonte, pela adjudicação das obras de requalificação do campo de jogos municipal e campo de jogos de Santo Emilião e pela execução do projeto de eficiência energética das piscinas cobertas.

Foi também um ano em que se assistiu à capacidade da autarquia de amortecer os efeitos sempre perturbadores de uma reforma ao nível da organização da rede de pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico. Hoje fica evidente que os alunos beneficiaram dessas alterações, podendo em igualdade de circunstâncias usufruir das melhores condições físicas que incrementam uma mais eficiente aprendizagem.



Fica também evidente neste relatório que a autarquia manteve o reforço das respostas sociais, seja na habitação, seja na ação social escolar, seja ao nível das iniciativas para os mais jovens e para os idosos.

A valorização da nossa memória coletiva e da nossa identidade no ano em que assinalámos a passagem dos 500 anos do foral foi vivida intensamente com uma programação cultural que teve como ponto de partida esta efeméride.

Notar ainda o processo de revisão do PDM, que, concluída a discussão pública e tratadas as reclamações, ficou em condições de ser submetido aos órgãos competentes para a sua devida aprovação, encerrando um ciclo longo de elaboração.

A aprovação do regulamento do Orçamento Participativo deu início a uma nova experiência no relacionamento entre a autarquia e os cidadãos, facto no qual depositamos enormes expectativas, desejando que os Povoenses se envolvam neste projeto de participação cívica.

Uma nota final para evidenciar o apoio prestado ao movimento associativo. Apoio este que não se concretiza apenas com a atribuição de subsídios, mas também, e de uma forma muito significativa, através da colaboração ao nível logístico.

Em síntese, este relatório e prestação de contas cauciona a capacidade do executivo de cumprir a planificação das atividades e de executar o orçamento previsto, assegurando o desenvolvimento desejado, honrando o compromisso eleitoral celebrado com os Povoenses.

O executivo municipal

17
[Handwritten signature]

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Atividades setoriais

Intervenção Social

Reconhecendo desde a primeira hora que esta é a área de maior prioridade no âmbito da ação municipal, o ano 2014 não foi exceção na valorização das respostas sociais e no trabalho levado a cabo junto dos mais novos, seja através das políticas de educação, seja na concretização das políticas de juventude. O reconhecimento do Observatório das Famílias Numerosas que distinguiu pelo quinto ano consecutivo a Póvoa de Lanhoso como Autarquia Mais Familiarmente Responsável permite evidenciar que a linha seguida pelo executivo vai ao encontro das necessidades das famílias Povoenses.

Não seguimos títulos, mas é importante que entidades insuspeitas caucionem o trabalho desenvolvido, tanto mais que os fatores avaliados são transversais e tocam em áreas tão importantes para a qualidade de vida dos cidadãos, como são exemplos a educação e a ação social.

Ao longo do ano, fomos cumprindo globalmente as ambições vertidas no Plano de Atividades e seguindo a metodologia do mesmo. Evidenciamos de forma resumida os programas e iniciativas levadas a cabo:

Programa Póvoa Solidária

- Subsídio de Apoio à Renda de Casa. Foram apoiadas 119 famílias que assim viram amenizados os custos com uma das principais necessidades da estrutura familiar;



- Distribuição de cabazes alimentares e disponibilização de vestuário no âmbito da missão da Loja Social e do Banco de Voluntariado, destacando-se o projeto das hortas sociais. Foram apoiadas, em 2014, 788 pessoas (uma média de 70 agregados familiares de forma regular);



- Dois agregados beneficiaram de obras de conservação das suas habitações no âmbito do projeto HabitaLanhoso;

- Atribuição de 69 Bolsas de Estudo referentes ao ano letivo 2013/2014, num valor total de 47 mil euros, o que representa um aumento em relação ao ano letivo anterior quer em número de bolsas quer no montante global. Um importante investimento na formação académica dos nossos jovens.



Programa Família +

- O programa de incentivo à natalidade NaturaLanhoso presenteou 95 crianças durante o ano de 2014, representando um apoio importante para os jovens casais e para o comércio que beneficia indiretamente deste investimento da autarquia;



- No âmbito do programa Viver+, foram integrados 23 cidadãos em vários contextos dos serviços municipais, permitindo obter algum rendimento a cidadãos com evidentes necessidades financeiras pelo facto de estarem desempregados;
- Foram mantidas e valorizadas outras respostas sociais como o projeto Especial.Mente, o atendimento e acompanhamento social de 20 agregados familiares, o apoio de psicologia e o Banco de Ajudas Técnicas;
- Deu-se continuidade à atividade regular do SIGO - Serviço para a Promoção da Igualdade de Género, evidenciando-se o trabalho de sensibilização junto das escolas e da comunidade em geral, bem como foi intensificada a resposta de apoio às vítimas de violência doméstica. Esta resposta assinalou simbolicamente o Dia Municipal para a Igualdade no dia 23 de março, levando a exposição "Maria da Fonte" à escola secundária.



Programa Seniores Ativos

- Provando ser um dos projetos sociais de maior sucesso, os Centros de Convívio mantiveram as diversas atividades ocupacionais, tendo contribuído de forma decisiva para a integração dos mais velhos, combatendo o natural isolamento desta franja da sociedade Povoense;



- No âmbito do projeto "Vencer o Tempo nas 7 Cidades", demos continuidade a uma das ações que mais se destacou, designada "O Meu Amigo Sénior";

- Ao longo do ano, foram muitas as atividades realizadas com os idosos do concelho, envolvendo os Centros de Convívio e as IPSS's. São exemplos a realização da VI edição do Encontro de Cantares de Reis, a comemoração do Carnaval, do Dia Internacional do Idoso e do Dia Mundial da Música bem como do Dia de São Martinho;



- Realização do Passeio Concelhio a Fátima. Sendo uma tradição enraizada, registre-se o envolvimento das Juntas de Freguesia nesta iniciativa.



Programa Póvoa Ativa

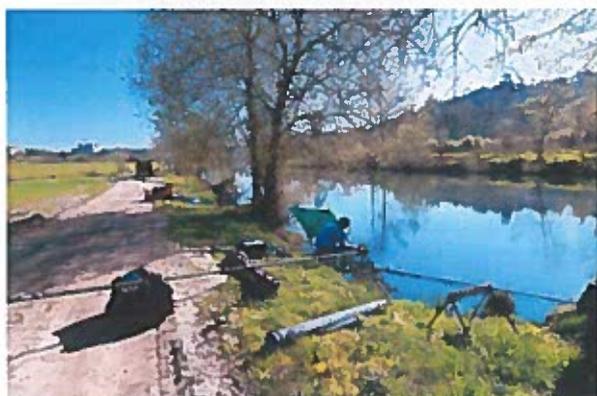
O ano 2014 fica marcado ao nível das políticas de promoção do desporto e da atividade física pela decisão de avançar com a requalificação do campo de jogos municipal, bem como com a requalificação do campo de jogos do Emilianos. Projetos estes que se materializaram na aprovação de candidaturas para colocação de relvado sintético em ambos os campos e pela construção de novos balneários no campo de jogos municipal. Num investimento superior a 600.000€, esta concretização permitirá disponibilizar para a prática desportiva, e essencialmente para a formação, dois equipamentos de grande qualidade.

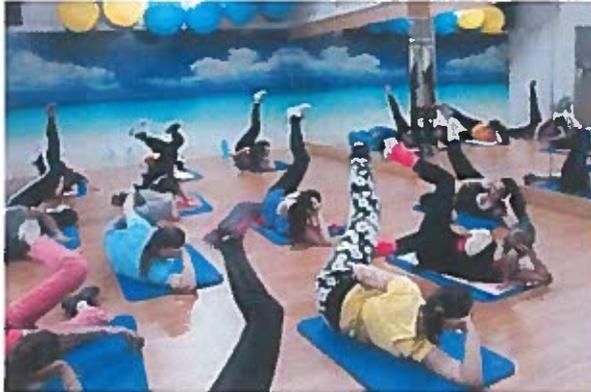
Destacar ainda os apoios financeiros e logísticos aos clubes e associações desportivas, que representam uma fatia significativa dos seus orçamentos, bem como a realização por parte da autarquia de várias provas desportivas ao longo do ano. Destas, destacamos as realizadas no âmbito das Festas de S. José, bem como no âmbito das comemorações do 25 de Abril.

De salientar a cedência de um campo de ténis a uma associação por forma a que os nossos jovens tenham um leque de ofertas desportivas o mais diversificado possível, o que tem permitido fazer formação na área do ténis e dar a devida utilização aos campos ligados à prática desta modalidade.

23
R
M
S
X
D

Ao longo do ano, foi ainda mantido todo o apoio ao nível do Desporto Escolar.





Os pavilhões municipais bem como as piscinas cobertas são equipamentos de incentivo à prática desportiva por excelência que mereceram ao longo do ano uma programação atenta. Estes equipamentos assistiram a um aumento em cerca de 10% da sua utilização ao longo do ano, atingindo perto de 90 mil utilizações.



De realçar o investimento efetuado na piscina coberta que veio introduzir elementos que valorizam a eficiência energética, permitindo diminuir os custos mensais e contribuir para uma maior racionalização dos recursos ambientais. Este equipamento disponibiliza diariamente um serviço de qualidade direcionado não apenas para o público em geral, mas com uma vertente muito importante e colaborativa com as associações e Centros de Convívio do concelho. Destaca-se, ainda, três iniciativas ao nível da natação: o VII Festival de Inverno e o Festival dos Infantários com uma adesão massiva e a equipa de natação municipal, que continuou a participar em torneios e competições.



De referir que a pista de pesca de Santo Emilião foi finalmente classificada como pista de pesca desportiva, podendo acolher provas desportivas dessa natureza, o que representou uma mais-valia para os aficionados deste desporto.

Referência ainda para a abertura da pista de radiomodelismo, no Parque do Pontido, equipamento que vem dar resposta a uma procura crescente por espaços próprios para a prática desta modalidade.

Póvoa Jovem

No ano 2014 e cumprindo uma ambição do executivo, assistiu-se a uma transformação positiva nas atividades para os mais jovens. O envolvimento direto de associações juvenis na programação e organização de atividades para a juventude veio valorizar e incrementar valor ao trabalho positivo já efetuado a este nível.

Colocar aqueles que são os beneficiários das políticas municipais de juventude no centro da decisão, para além de estimular a participação cívica destes jovens e associações, veio permitir uma maior assertividade nas opções tomadas.

São exemplos deste trabalho de parceria a organização da Color Fest e Color Fest Solidária que envolveu centenas de jovens; o Warm Up da Semana da Juventude com música, dança e atividades radicais, seguindo-se as atividades desta semana que, ano após, se consolida, envolvendo a juventude do concelho em atividades diversas, como humor, música, concurso de beleza, torneios diversos, provas de carrinhos de rolamentos.



O trabalho realizado em parceria com o Instituto Português do Desporto e Juventude, a Associação Juvenil de Campos e a Associação Cultural da Juventude de Valdemil demonstrou a importância das parcerias para o sucesso das políticas públicas.

A realização da prova de BTT na "Rota dos Bifes" em parceria com a Associação de BTT de Porto D'Ave foi um sucesso, envolvendo centenas de participantes.

O projeto Férias Ativas é uma importante resposta para os mais novos no período não letivo, sendo este ano um Campo de Férias com diversas atividades levadas a cabo em dois importantes equipamentos municipais, Espaço Jovem e Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos.

O Espaço Jovem, enquanto principal equipamento municipal de juventude, deu continuidade à sua programação regular, destacando-se, em 2014, a abertura da Antena de Informação Europeia, resultante de protocolo estabelecido entre o Município e o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), através do projeto CIED (Centro de Informação Europe Direct) de Barcelos. Esta é uma resposta importante para os jovens que aqui passam a ter a possibilidade de aceder a toda a informação das organizações europeias.



Ao longo do ano o Espaço Jovem registou cerca de 20.000 utilizações, o que evidencia a importância deste equipamento no dia a dia dos jovens Povoenses. Foram muitas as atividades desenvolvidas de cariz lúdico, recreativo e desportivo, bem como de formação.



↓
R
MARS
O
↓



Ainda na área de intervenção social, porque entendemos que a sensibilização e a informação da população é importante para a melhoria da sua qualidade de vida, associámo-nos, com algumas entidades parceiras, às Comemorações do Dia Mundial da Saúde, que envolveram diversas propostas na Praça Eng.º Armando Rodrigues.

No total, foram realizados 548 rastreios (visual, tensão arterial, diabetes, medicina geral, etc.). As entidades participantes puderam ainda alertar e sensibilizar os transeuntes para a importância da prevenção no que respeita à saúde.



- Em colaboração com a Comunidade Intermunicipal do Ave e o Centro Distrital de Segurança Social de Braga promovemos o Fórum Municipal, no âmbito da rede social concelhia.

Criar um espaço participativo de reflexão de atores relevantes da área social, no processo de construção do plano para a coesão territorial, aos níveis municipal e supra, foi o propósito deste Fórum municipal que contou com a presença de 21 entidades.



Crescimento da economia local

Em 2014, concretizámos mais um dos compromissos eleitorais e que visava a criação do Gabinete de Promoção do Desenvolvimento Económico. Esta resposta surge como um instrumento de apoio à promoção de condições mais favoráveis ao investimento no concelho, à promoção do empreendedorismo, incentivando a criação de novas empresas e o apoio e desenvolvimento das já existentes.

É neste gabinete que se centralizam as respostas da autarquia, bem como é através deste que se estabelecem as parcerias para projetos supramunicipais que beneficiem o nosso concelho.

São um bom exemplo os concursos de ideias "Empreendedorismo nas Escolas" e "Desafio Empreendedor", dinamizados pela Comunidade Intermunicipal do Ave no âmbito da Rede de Empreendedorismo do Ave - IN.AVE.

Reconhecendo a relevância do empreendedorismo e dos empreendedores no processo de desenvolvimento do seu concelho e do Ave, ao nível da consolidação de uma comunidade regional mais coesa e sustentável, o nosso município apresentou-se como uma das portas de entrada para o empreendedorismo, acompanhando e dinamizando o processo localmente, juntamente com uma IPSS local, em interação com a Comunidade Intermunicipal do Ave.

No âmbito da iniciativa "Empreendedorismo nas Escolas", foram abrangidas 12 turmas, 225 alunos e 12 professores.



Um outro projeto que resulta da atividade deste novo serviço é o "Social Angels" que concretizámos em parceria com a Sol do Ave - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave, apoiado pelo Programa "Cidadania Ativa" da Fundação Gulbenkian.

O projeto enquadra-se no "Apoio à empregabilidade e inclusão dos jovens", assentando na criação de uma comunidade empreendedora com a participação de múltiplos agentes - entidades públicas e privadas, empresas, líderes informais e os próprios jovens - na construção de projetos facilitadores da empregabilidade jovem.

Handwritten notes in blue ink, including a large 'R', the word 'maes', and several arrows pointing in different directions.



Constitui-se como um incentivo ao empreendedorismo jovem, inculcando o conceito nas escolas e nos jovens em início de carreira. Este projeto será a alavanca da Start Up a instalar em Fontarcada.

Demos ainda apoio direto à instalação de empresas, como é exemplo a empresa de produção de cerveja artesanal, à qual cedemos as instalações da antiga escola primária de Águas Santas.



il
maes
d



A componente de promoção turística como apoio à atividade económica local é uma preocupação permanente, tendo a autarquia levado a cabo iniciativas com esse fim.

A componente de promoção turística como apoio à atividade económica local é uma preocupação permanente, tendo a autarquia levado a cabo iniciativas com esse fim.

"Póvoa de Lanhoso - A Estrela do Natal", e que envolveu as iniciativas "Aldeia Natal" e os Presépios de Garfe, são um bom exemplo.

A iluminação de natal, que mereceu o reconhecimento generalizado da população, a programação regular de atividades no verão, a ModaLanhoso, o Mercado da Terra, o investimento efetuado nas iniciativas em espaço público, bem como as Festas de S. José são um contributo importante para a economia e comércio locais.



Destacamos a este nível também:

- Realização de formações modular certificadas dirigidas aos Povoenses nas seguintes temáticas - Organização e Gestão de Pequenos Negócios; Gestão de Projetos; Marketing e Estudos de Mercado; Gestão para novos empreendedores;
- Presença da Póvoa de Lanhoso na 20ª edição da Foire aux Pansettes, entre 10 e 12 de outubro em Gerzat, França; na Feira Nacional de Gastronomia de Santarém, no dia 23 de outubro; e na Feira dos Santos, em Chaves, nos dias 1 e 2 de novembro;



Handwritten blue notes and signatures, including the word "MESES" and a signature.

- Continuação da realização do Mercado da Terra uma vez por mês.

Aderimos ao Licenciamento Zero. Esta é uma medida que visa simplificar a abertura e a modificação de diversos negócios, introduzindo um regime simplificado para a sua instalação e funcionamento. Com este novo regime, são eliminadas as licenças, autorizações, vistorias e outras permissões necessárias ao exercício de diversas atividades económicas, reforçando-se a fiscalização sobre essas atividades e a responsabilização dos empresários.

↓
Rd
mes
↓

Educação

A reorganização da rede de pré-escolar e de primeiro ciclo de ensino básico marcou indelevelmente o ano 2014.

Apesar da determinação evidenciada pelo Ministério da Educação no sentido de encerrar escolas e na sequência de um processo de negociação, a autarquia conseguiu que houvesse uma reavaliação, tendo o Ministério aceitado uma proposta que causou menor impacto nas populações e que previu a continuidade da valência de jardim-de-infância nas freguesias, onde inicialmente a tutela pretendia fechar tanto o pré-escolar como o 1º ciclo.

Este processo dificultou a preparação do ano letivo e criou ansiedade nos pais dos alunos que estavam abrangidos pelas alterações a levar à prática. Mesmo assim, conseguimos que o ano letivo arrancasse sem sobressaltos e tudo foi acautelado, num espaço de tempo muito curto, de forma que todas as crianças tivessem acesso a um ensino de qualidade e em igualdade de oportunidades. Para que os alunos abrangidos fossem recebidos nas melhores condições, a autarquia procedeu à reabilitação de uma ala da Escola EB 2/3 de Taíde, garantindo idêntica qualidade dos centros escolares.

A disponibilização aos alunos das melhores condições para a aprendizagem nesta fase importante da sua formação é uma permanente preocupação da autarquia, assegurando não apenas escolas modernas, mas também todos os instrumentos que contribuam para o sucesso escolar.

Uma **escola sem barreiras e inclusiva** foi a bandeira que assumimos para este mandato. Durante este ano foram reforçados os apoios ao nível da ação social escolar, assegurando que nenhum aluno abandonaria a escola por motivos de insuficiência económica.

A atribuição de 69 Bolsas de Estudo referentes ao ano letivo 2013/2014, num valor total de 47 mil euros, reforçando o número de bolseiros comparativamente com o ano anterior, evidencia a preocupação da autarquia em assegurar formação à globalidade dos jovens Povoenses.



70
12
meses
↓

Também ao nível dos pais, prosseguiu-se com a formação parental que visa capacitá-los para lidar com as problemáticas dos seus filhos em cada fase de desenvolvimento da sua vida.

Este ano letivo, 840 alunos foram abrangidos e apoiados no âmbito da ação social escolar, seja ao nível da alimentação, transporte ou pela atribuição dos manuais escolares. Este apoio tem um impacto significativo no orçamento municipal, mas entendemos que é essencial pois trata-se de uma área prioritária no âmbito das competências da autarquia.

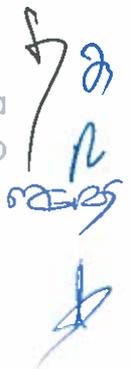


Em 2014, iniciou-se um projeto piloto de implementação do Regime de Fruta Escolar nos Centros Escolares do Cávado, Elvira Câmara Lopes e em todo o agrupamento de escolas da Póvoa de Lanhoso, tendo por objetivo reforçar as práticas alimentares mais saudáveis e capacitar as crianças e famílias para a adoção de competências que levem a um consumo de fruta em substituição de "lanches" de fraca qualidade alimentar.

Para tal, recorre-se à distribuição de uma peça de fruta duas vezes por semana associada a medidas de acompanhamento que contextualizem essa distribuição no âmbito do curriculum escolar, nomeadamente no que concerne à alimentação saudável.

Os prémios de mérito escolar António Lopes representam um incentivo ao mérito e premeiam os alunos do quarto ano. Desta vez, foram 16 as crianças abrangidas. O mesmo reconhecimento foi efetuado aos alunos da escola profissional com a atribuição dos prémios de mérito D. Elvira Câmara Lopes.

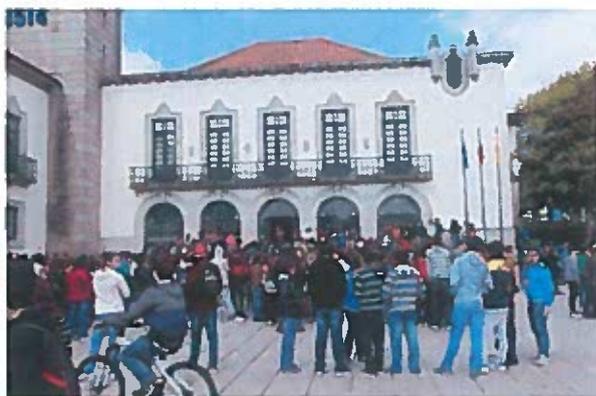




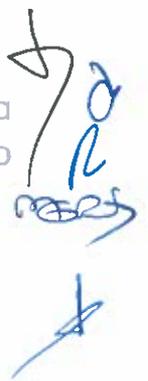
A revisão da **Carta Educativa** teve como principal objetivo incorporar as alterações decorrentes da reorganização da rede de pré-escolar e de primeiro ciclo do ensino básico.

O **Projeto Educar para o Empreendedorismo**, definido como prioritário para este mandato, teve em 2014 uma vertente muito positiva em resultado da parceria efetuada com a CIM do Ave e que se concretizou na iniciativa "Empreendedorismo nas Escolas", em que foram abrangidas 12 turmas, 225 alunos e 12 professores. Neste período, decorreram os concursos de ideias de negócio, uma iniciativa dos municípios que integram a CIM do AVE, no âmbito do projeto IN.AVE e que visa despertar os mais novos para o empreendedorismo.

Mas todo o trabalho desenvolvido assentou na concertação levada a cabo em sede de Conselho Municipal de Educação, bem como na permanente articulação de estratégias e políticas com os dois agrupamentos de escolas. Foi no seio deste Conselho que se definiu a atualização da Carta Educativa, a programação da Semana da Educação bem como se refletiu sobre o sistema educativo e rede escolar no município da Póvoa de Lanhoso e sobre a Rede Local de Educação e Formação, tendo como objetivo articular a oferta educativa e formativa às necessidades dos jovens e das empresas.



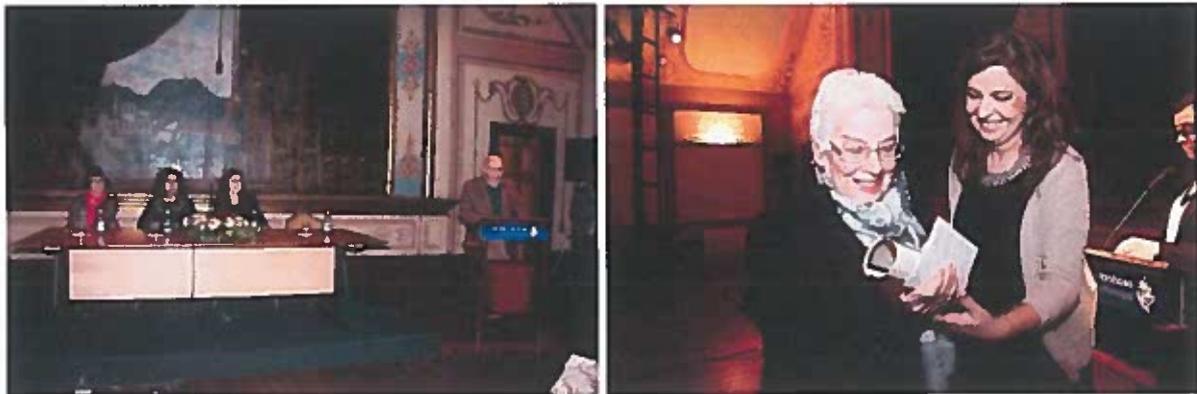
A **rede de bibliotecas escolares** tem ganho preponderância no incentivo à leitura, destacando-se a criação do Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares,



uma parceria com a Biblioteca Municipal, de onde resultou mais uma edição da Feira do Livro bem como a iniciativa de levar às escolas leituras encenadas.



A edição deste ano do concurso Literário António Celestino teve cerca de uma centena de trabalhos em avaliação e evidenciou um crescente interesse dos mais novos pela escrita.



No âmbito da atividade desenvolvida nesta área de intervenção municipal ao longo do ano 2014, importa também evidenciar a criação da **Academia de Música Maria da Fonte**, através da assinatura do protocolo com o Conservatório de Música de Barcelos, tendo por principal objetivo o ensino articulado da música, em colaboração com o agrupamento de escolas Gonçalo Sampaio, permitindo mais uma oferta educativa para os jovens Povoenses, que dispõem assim de uma resposta que teriam de procurar fora do concelho.

7
R
meses
*



De salientar a forte atividade da **EPAVE** bem como a decisão tomada em reajustar a sua estrutura de apoio no sentido de assegurar resultados positivos que cumpram a legislação em vigor. Este estabelecimento de formação profissional tem privilegiado a articulação com o meio empresarial e proporcionado aos alunos experiências internacionais, como são exemplo os estágios efetuados em Espanha e na Alemanha, que valorizam significativamente a sua formação.



Património Cultural

O início da construção do Centro Interpretativo Maria da Fonte, as comemorações dos 500 Anos da Renovação da Carta de Foral ao concelho de Lanhoso, o Concurso Nacional de Teatro e a intensa programação cultural marcaram o ano de 2014, que assistiu a uma positiva conjugação de fatores que o destacam no presente mandato.

Foram várias as frentes de intervenção cultural, material e imaterial, que permitiram levar a cabo iniciativas e projetos de enorme qualidade, envolvendo os Povoenses e contribuindo para o desejado aumento de públicos e para a formação cultural dos nossos cidadãos.

De uma forma resumida, destacam-se os principais projetos e realizações:

- **Centro Interpretativo Maria da Fonte.** O arranque das obras permitiu evidenciar que, em breve, o concelho terá mais um equipamento cultural que, ao par de receber o arquivo do município e o tributo à Maria da Fonte, será um elemento vivo na promoção cultural e na formação intelectual dos cidadãos como é exemplo a Academia de Música Maria da Fonte;
- Tendo presente que este ano se assinalavam os **500 anos da renovação da Carta de Foral**, a autarquia não podia ficar indiferente a esta efeméride, tendo preparado um programa ambicioso de onde se destacam o congresso "Forais Novos Manuelinos - História e futuro do Município Municipalismo Português", a Feira Quinhentista e a produção da peça teatral "1514";





- O **Concurso Nacional de Teatro** continua a ser uma referência no panorama cultural do país e da Póvoa de Lanhoso. Uma aposta consolidada que merece o reconhecimento dos agentes culturais;



- O **Theatro Club** é o palco privilegiado de difusão de eventos culturais, bem como a sua galeria. Ao longo do ano foram muitos os momentos entre exposições, peças teatrais, apresentações de livros e concertos musicais, que evidenciam uma programação regular de qualidade assinalável;



7
12
maes
b



- O Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares da Biblioteca Municipal da Póvoa de Lanhoso e a Rede Concelhia das Bibliotecas Escolares promoveram novamente o **Concurso Literário António Celestino**. Criar e consolidar hábitos de leitura, fortalecer práticas de escrita criativa e valorizar a expressão literária continuam a ser os objetivos deste Concurso;
- As **Festas de S. José** são também um momento de afirmação e valorização cultural, onde o envolvimento genuíno de várias instituições e paróquias as tornam verdadeiramente concelhias. Todo o programa, na sua vertente cultural, religiosa e desportiva foi cumprido de forma exemplar. Destacar, a este nível, o Cortejo Histórico e Etnográfico e a Majestosa Procissão em Honra de São José pela sua dimensão e envolvimento popular;



↓
R
REGES D
↓



- A iniciativa **"Verão com(n)vida"** ofereceu à população uma programação cultural e recreativa diversificada, envolvendo os agentes culturais locais, tendo como público especial os nossos emigrantes. Destaca-se a ModaLanhoso, o Festival Folclórico Professor Gonçalo Sampaio, as novas apresentações do "Petrificado" e da peça teatral "1514";



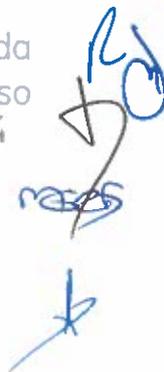
5
R
PES
O
f

- O **Posto de Turismo** cumpriu a sua missão de promoção das potencialidades e serviços turísticos do nosso concelho, bem como de apoio aos agentes de turismo privados. No ano 2014, este serviço municipal viu melhoradas as suas condições através da requalificação do espaço ao nível da sua imagem e mobiliário. Ao longo do ano, são várias as exposições temáticas que permitem a divulgação de produtos e trabalhos de autores locais, bem como a participação em feiras;



- Foram várias as **efemérides culturais** assinaladas ao longo do ano, como é exemplo o Dia Mundial do Teatro, o Dia Mundial do Turismo e as Jornadas Europeias do Património, o Dia Nacional dos Castelos ou o Dia Internacional dos Museus;





- No âmbito da atividade da **Casa da Botica**, salientar o papel importante da biblioteca municipal que, em 2014, introduziu uma novidade com a iniciativa "Biblioteca de Jardim" nos meses de verão. A divulgação de autores locais e a realização de exposições temáticas completaram uma agenda mensal deste serviço.



Ainda no âmbito deste equipamento, destacar o papel do serviço de arqueologia, que ao longo do ano desenvolveu trabalhos em Garfe e na villa romana de Via Cova em Lanhoso;



Handwritten notes in blue ink, including a signature and a checkmark.

- O Castelo de Lanhoso, principal monumento concelhio, teve uma adesão extraordinária em visitas (cerca de 8 mil pessoas), o que confirma a importância deste na divulgação da história e promoção turística do concelho.



Promoção Ambiental

As preocupações ambientais e de gestão dos recursos naturais são transversais a todas as áreas de intervenção municipal e têm ganho crescente relevância na sequência de uma maior consciência global da sociedade para a necessidade de termos um desenvolvimento sustentável.

Foi neste espírito de maior participação e empenho no cumprimento de metas ambientais que aderimos ao Pacto de Autarcas e que, ao longo do ano 2014, procedemos à elaboração do **Plano de Ação para a Energia Sustentável – PAES**. A cooperação com a Agência de Energia do Ave tem possibilitado reunir elementos técnicos indispensáveis para a implementação deste plano.

Registe-se que há uma preocupação em requalificar os equipamentos municipais, dotando-os de meios técnicos que sejam eficientes energeticamente. É um bom exemplo a intervenção efetuada na piscina coberta que vai possibilitar reduzir significativamente os custos energéticos deste equipamento de forte utilização.

A sensibilização ambiental, especialmente junto dos públicos mais jovens, é essencial para alcançar os objetivos definidos a médio e longo prazo.

É neste enquadramento que o **Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos** prosseguiu em 2014 a sua missão de desenvolver atividades que promovam e despertem junto dos cidadãos e em especial da comunidade escolar uma maior consciência ambiental.

São exemplos desse trabalho a iniciativa dos Eco Espantalhos que envolveu escolas, associações e IPSS's e que este ano teve como tema os 500 anos do foral; a realização do Mês dos Resíduos; a iniciativa de reciclagem Heart Parade e as comemorações do Dia Mundial da Floresta e da Água. Este equipamento tem valorizado também a sensibilização para o uso da agricultura biológica, colocando ao dispor meios técnicos de ajuda aos agricultores;





DR
→
revis
✗

Por constituir um problema ambiental, em 2014, houve uma concentração de esforços em minimizar os impactos da proliferação da vespa asiática, tendo a autarquia, juntamente com os bombeiros, levado a cabo um conjunto de ações de sensibilização e de intervenção no terreno.



Trabalho este que se enquadra também nas competências do Gabinete Florestal e de articulação com a proteção civil municipal e que, durante o ano 2014, teve um trabalho discreto, como se deseja, mas operativo. As comemorações do Dia Mundial da Proteção Civil tiveram como objetivo sensibilizar e debater as consequências dos incêndios florestais.

A Comissão Municipal de Defesa da Floresta reuniu no âmbito das suas competências, aprovando o seu Plano Operacional.



O alargamento da rede de água e saneamento prosseguiu o plano de investimentos definidos para a "baixa" no ano 2014, tendo permitido aumentar o

número de utilizadores deste serviço, destacando-se as intervenções realizadas nas freguesias e uniões de freguesias de Fontarcada/Oliveira, Taíde, Calvos/Frades e Geraz do Minho.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large '0', a signature, and a star-like mark.

Coesão Territorial

"O ano de 2014 será essencialmente um ano de planeamento e de elaboração dos projetos a candidatar. Isto é, seria uma irresponsabilidade se a autarquia não canalizasse os seus investimentos para o aproveitamento dos fundos comunitários. Estando o quadro comunitário em fase de transição e definição dos novos eixos, importa preparar os projetos de forma a apresentá-los imediatamente aquando da abertura dos procedimentos.

Para além disto, e numa postura de total transparência, o ano 2014 será um ano de consolidação orçamental, tendo presentes os recentes investimentos efetuados e a necessidade de concretizar projetos já aprovados ou em vias de aprovação como é o caso do Centro Interpretativo Maria da Fonte".



Esta citação do Plano de Atividades para 2014 deixa claro o trabalho que foi efetuado a este nível durante o ano. De facto, o orçamento para investimento foi canalizado para acorrer às candidaturas apresentadas no encerramento do anterior quadro comunitário e que se revelaram um sucesso para a Póvoa de Lanhoso, pois obtivemos uma aprovação total dos projetos candidatados. Para além disto, foi assumido cumprir as responsabilidades financeiras resultantes dos acordos de execução celebrados com várias Juntas de Freguesia e que tinham encargos financeiros neste ano.

O ano de 2014 foi importante ao nível do planeamento levado a cabo com as freguesias. Foram identificadas as obras prioritárias que mereceram uma atenção especial no orçamento do ano 2015.

Paralelamente, foi assegurada uma resposta eficaz às situações de emergência ocorridas nas freguesias, essencialmente ao nível da reposição de muros e acessibilidades resultantes do mau tempo, bem como assegurada a limpeza e conservação das vias municipais.

Governo Municipal

O ano 2014 foi muito importante a este nível e deram-se passos seguros na concretização dos objetivos definidos nesta área menos visível da gestão municipal, mas com enorme preponderância na relação da autarquia com o cidadão.

Este ano fica marcado pelo avanço significativo no processo de Revisão do PDM tendo sido concluída a fase importante da discussão pública, possibilitando a sua aprovação em meados de 2015, pela aprovação do regulamento do Orçamento Participativo, pela adesão à rede de Espaços do Cidadão, que vai permitir um acesso mais rápido a serviços da administração pública, e pelo debate profundo em torno da elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Ave (PEDI).



A modernização dos serviços, seja pela introdução de tecnologia nos processos seja pela melhoria contínua dos recursos humanos através da execução de planos de formação é uma ambição permanente e foi neste enquadramento que, em 2014, se concluiu o layout do Balcão Único, bem como se iniciou o processo de certificação do serviço de atendimento na Divisão de Gestão Administrativa.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large stylized signature and a checkmark.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

7/12
2023

[Handwritten signature]

I – INTRODUÇÃO

I – INTRODUÇÃO

1.1 – Nota Prévia

No cumprimento do disposto no n.º13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se este relatório anual de 2014.

Este relatório tem, assim, por objetivos:

- I) Explicitar os níveis de execução conseguidos referenciando-os aos aspetos mais relevantes da atividade financeira municipal, no que respeita à sua natureza económica e financeira, nos domínios das receitas, das despesas e da tesouraria;
- II) Apresentar a situação económica relativa ao exercício económico de 2014, analisando a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da autarquia, designadamente no que respeita ao investimento, dívidas de curto prazo, médio e longo prazos, financiamento externo e condições de funcionamento;
- III) Analisar a situação financeira da autarquia do ponto de vista patrimonial, considerando o Balanço e a Demonstração de Resultados.

O Orçamento do Município para 2014 foi elaborado no respeito pelo Decreto – Lei n.º54-A/99, de 22 de Fevereiro e aprovado nos termos da Lei n.º 75/2013, de 13 de Setembro, desenvolvido e executado no respeito do equilíbrio orçamental, reportando-se a esta conta a execução de todas as receitas e despesas dentro do formalismo legal exigido, desenvolvendo-se o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, de acordo com as regras contabilísticas fixadas nos diplomas legais.

Acrescerá ainda referir que foram utilizados mapas e quadros que irão permitir uma análise financeira e patrimonial de um ponto de vista dinâmico, justificando-se as variações de dotações, das disponibilidades e integrando-as na apreciação global das contas.

As demonstrações financeiras consolidadas serão efetuadas segundo as normas previstas na portaria n.º 474/2010 de 01 de Julho a qual foi aprovada a Orientação n.º1/2010, intitulada de "*Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do*

Handwritten notes and signatures:
↓ R
mas
d
A

sector público administrativo”, uma vez que o POCAL não contém quaisquer normas respeitantes à consolidação, irão ser submetidas a apreciação após aprovação da Prestação de Contas, em conformidade com o disposto no art.º 76 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

1.2 – Sumário: Descrição dos aspetos mais significativos da conta anual da Autarquia

As contas apresentadas neste documento são refletidas numa base de rigor, transparência e obedecendo aos preceitos legais.

No cômputo geral este documento atesta a realidade e todas as atividades autárquicas.

A) Processo orçamental

Unidade: Euros

1. Orçamento da receita:

Orçamento inicial	15.700.000
Reforço/diminuição	(-) 600.000
Orçamento final	15.100.000

2. A receita liquidada totalizou 13.855.193€, sendo 394.101€ referente a dívidas de terceiros à Autarquia, transitado de anos anteriores. Desta situação resultam receitas por cobrar no final do ano, no valor de 582.343€ e um grau de execução da receita líquida de 89,8%, e em termos brutos de 90%.

Unidade: Euros

3. Principais fontes de receita:

Impostos diretos	2.965.308	21,8 %
Transferências do Orçamento Estado	6.694.623	49,2%
Outras participações	1.657.452	12,2%
Venda de bens e serviços	1.150.367	8,5%

Unidade: Euros

4. Orçamento da despesa:

Orçamento inicial	15.700.000
Reforço/diminuição	(-) 600.000
Orçamento final	15.100.000

5. Os compromissos assumidos ascendem a um valor de 14.671.545€ e dos quais foram pagos 13.572.211€ Traduzindo-se numa taxa de execução da despesa de 89,9%.

Unidade: Euros

6. Operações de tesouraria:

Saldo inicial	716.757
Movimentos de entrada	938.464
Movimentos de saída	1.153.190
Saldo final	502.030

Unidade: Euros

7. Garantias e Cauções

Saldo inicial	654.273
Movimentos de entrada	709.375
Movimentos de saída	415.100
Saldo final	948.548

B) Processo Económico-Financeiro

1. O Balanço à data de 31/12/2014, evidencia:

Unidade: Euros

	2014	2013	Varia.
Total do ativo	48.051.125	47.571.366	1,0%
Fundos próprios	24.140.549	24.728.150	-2,4%
Passivo	23.910.576	22.843.216	4,7%
Resultado líquido	-683.148	1.345.524	-150,8%

2. Movimentos no Ativo Imobilizado

Unidade: Euros

	2014	2013	Varia.
Aumento do imobilizado	2.880.632	2.126.551	35,5%
Amortizações do exercício	2.365.745	2.366.445	0,0%

3. Dívidas a Terceiros – Médio e Longo Prazo¹

Unidade: Euros

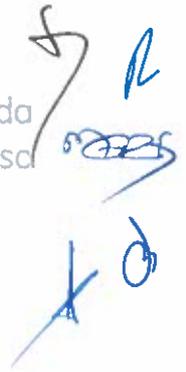
	2014	2013	Varia.
Empréstimos bancários	5.174.137	5.779.914	-10,5%
Crédito leasing	0	0	
Outros	801.969	430.013	86,5%
TOTAL	5.976.106	6.209.927	-3,8%

^{1 2} Os valores apresentados como Dívida a Médio e Longo Prazo e Curto Prazo são considerados pela sua maturidades, pelo facto de toda a dívida a médio e longo prazo a amortizar nos próximos 12 meses ser considerada dívida de curto prazo.

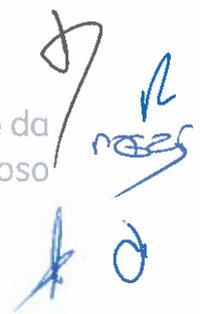
→
P
0325
d
*

4. Dívida a Terceiros – Curto Prazo ²

	2014	2013	Unidade: Euros Varia.
Credores de Execução Orçamental	1.636.604	2.787.944	-41,3%
Credores de Operações Tesouraria	502.030	716.757	-30,0%
TOTAL	2.138.635	3.504.701	-39,0%



II – ANÁLISE ORÇAMENTAL



II – ANÁLISE ORÇAMENTAL

2.1 – Principais destaques

	Indicadores			
	2011	2012	2013	2014
Receita				
Crescimento da receita total	-5,5%	3,8%	3,9%	-17,0%
Receitas correntes/receitas totais	66,8%	64,4%	71,7%	88,7%
Crescimento das receitas correntes	2,8%	0,1%	15,8%	2,8%
Receitas fiscais/receitas correntes	25,1%	26,4%	27,9%	28,8%
Receitas correntes executadas/receitas correntes orçadas	86,9%	86,1%	97,2%	96,1%
Despesa				
Crescimento da despesa total	-5,5%	3,9%	3,9%	-17,1%
Despesas correntes/despesa total	64,4%	57,6%	63,7%	69,0%
Crescimento das despesas correntes	0,4%	-7,2%	15,1%	-10,3%
Despesas com pessoal/despesas correntes	41,2%	39,0%	39,5%	42,7%
Despesas correntes executadas/despesas correntes orçadas	82,4%	81,7%	95,6%	94,2%
Equilíbrio orçamental e dívida				
Saldo corrente/receitas correntes	2,6%	9,6%	10,1%	21,4%
Serviço da dívida/receitas correntes	9,8%	12,5%	5,9%	7,7%

Os rácios orçamentais registam, em 2014, valores que demonstram uma melhoria significativa em quase todos os indicadores.

O decréscimo da receita e da despesa total em comparação com o ano anterior justifica-se pelo fato de no ano 2014 não ter recorrido a passivos financeiros, contrariamente ao verificado em anos anteriores.

Verifica-se um acréscimo das receitas correntes, que se justifica pela alteração da estrutura das transferências do orçamento de estado, face aos períodos anteriores e pelo acréscimo das receitas fiscais, designadamente na rubrica do IMI, por via da avaliação no âmbito do CIMI.

A taxa de execução da receita corrente do Município, bem como a taxa de execução da despesa corrente, são demonstrativas do princípio de rigor e prudência dos documentos previsionais.

O acréscimo do rácio associado ao serviço da dívida resulta dos encargos integrais do empréstimo do PAEL em que no ano de 2013 apenas se fizeram refletir parcialmente.

Indicadores de Cobertura Global das Receitas/Despesas

Rácios	2011	2012	2013	2014
Receita total/ despesa total	100,1	100,0	100,0	100,2
Receita corrente/despesas corrente	103,7	111,8	112,5	128,9
Receita de capital/despesa de capital	93,6	84,0	78,2	36,4
Passivos financeiros (receita) /despesa total	0,7	4,8	16,9	0,0
Receitas próprias/despesa total	29,7	30,2	31,7	38,6
Fundos municipais/despesa total	47,8	43,7	42,0	49,3
Receita cobrada localmente/despesa total	16,4	16,8	15,0	16,8
Transferências da administração central/ despesa total	69,7	65,0	51,2	61,4

No cômputo geral os indicadores de 2014, revelam-se muito positivos. Destaca-se um acréscimo do financiamento das despesas correntes e das receitas próprias e um decréscimo da autonomia financeira do Município face às transferências da Administração Central, quando comparado a 2013, ainda assim com melhores índices do que nos anos 2011 e 2012.

Contrariando os anos anteriores, no ano em apreço não se procedeu ao recurso de passivos financeiros, facto que contribuiu para uma melhoria significativa dos restantes indicadores.

A receita de capital sofreu um grande decréscimo face às despesas de capital, que resulta num aumento da poupança corrente e que consequentemente permitiu o pagamento de despesas de capital com receitas correntes.

Comparando os valores previstos no orçamento com os montantes executados da receita e despesa, obtêm-se as variações que o quadro seguinte revela.

Unidade: Euros

Execução do Orçamento do ano 2014					
Designação	Orçamento		Execução	Desvio	Taxa de Execução
	Inicial (a)	Final (b)	Ano (c)	(c) – (b)	(%)
Receitas	15.700.000	15.100.000	13.596.244	-1.503.756	90,0
Correntes	12.753.682	12.556.095	12.064.381	-491.714	96,1
Capital	2.946.313	2.540.668	1.528.373	-1.012.295	60,2
Outras	5	3.237	3.489	252	107,8
Despesas	15.700.000	15.100.000	13.572.211	-1.527.789	89,9
Correntes	9.991.500	9.936.750	9.361.231	-575.519	94,2
Capital	5.708.500	5.163.250	4.210.980	-952.270	81,6

Esta comparação permite aferir a fiabilidade do orçamento apresentado e a capacidade financeira da sua execução face ao volume de receitas efetivamente arrecadadas.

Para os resultados de execução orçamental apresentados contribuíram maioritariamente as receitas correntes, que atingiram 96%, conseguiram não só financiar as despesas correntes na sua totalidade como libertou poupança corrente para financiar 64% das despesas de capital.

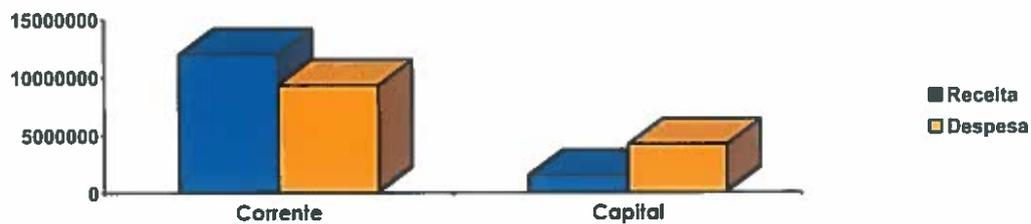
Unidade: Euros

Designação	Execução	Execução	Variação	
	2014	2013	Valor	%
Receitas	13.596.244	16.374.368	-2.778.124	-17,0
Despesas	13.572.211	16.371.136	-2.798.925	-17,1

O facto de em 2014 não se ter recorrido a passivos financeiros, implicou comparativamente ao ano de 2013 a uma redução na execução na ordem dos 17%. Excluindo os passivos financeiros de 2013 a redução efetiva da receita cobrada é de aproximadamente 9 mil euros.

Atendendo a que as transferências do orçamento de estado de 2013/2014 sofreram uma redução de 188.908€ (-2,7%), verifica-se conseqüentemente uma melhoria da execução das receitas nas restantes rubricas orçamentais.

Comparação entre a receita/despesa executada



2.2 – Equilíbrio Orçamental – Poupança Corrente

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.

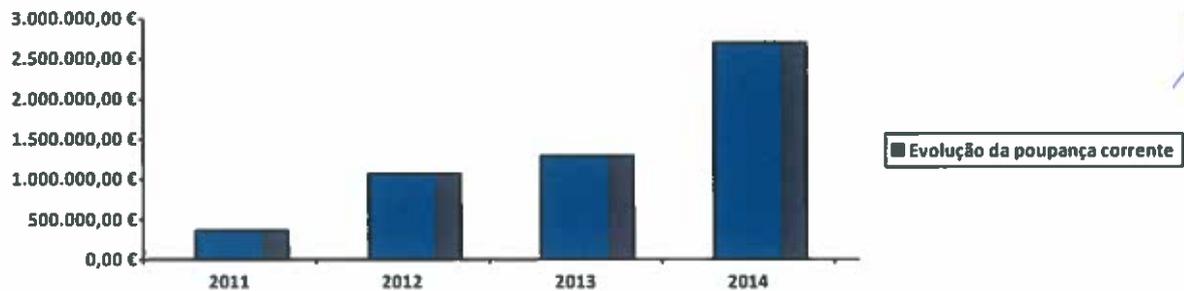
Esta norma mantém-se presente na execução orçamental, permitindo a formação de poupança corrente, com vista à sua aplicação no investimento.

Unidade: Euros

Designação	2014	2013	Variação
Receita corrente executada	12.064.381	11.735.935	+328.446
Despesa corrente executada	9.361.231	10.436.419	-1.075.189
Poupança Corrente	2.703.151	1.299.516	1.403.635

Resulta da análise do quadro, um aumento de 108% da poupança corrente face ao exercício de 2013.

Efetivamente ao analisar-se a execução orçamental de 2014, as receitas correntes não só financiaram todas as despesas correntes, como ainda financiaram 64% das despesas de capital, gerando-se assim uma poupança corrente.



A evolução da poupança corrente do exercício ao longo do último quadriénio permite aferir o bom desempenho financeiro do Município, com uma significativa libertação de meios para aplicar em investimento e amortização de dívida do passado.

A Nova Lei das Finanças Locais – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, define um novo conceito de equilíbrio financeiro, no art.º40 conjugado com o art.º 83 da referida lei, impõem que a receita corrente cobrada bruta deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Aplicando o novo limite, destaca-se o seu integral cumprimento e ainda assim um excedente de 1,958 milhões de euros.

Designação	Execução 2014
(1) Receitas correntes executadas	12.064.381
(2) Amortização média dos empréstimos de medio e longo prazo	745.028
(3) Despesas correntes executadas	9.361.231
(1 + 2) - (3) = Equilíbrio Orçamental	1.958.122

2.3 – Alterações e Revisões Orçamentais

Centrando a nossa análise na forma como evoluíram as dotações orçamentais, face aos sucessivos ajustamentos das previsões e às realizações então efetivadas, obtém-se o seguinte quadro.

Distribuição das Alterações/Revisão Orçamentais por Natureza Económica

Unidade: Euros

Capítulo	Dotação Inicial		Alterações		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	9.991.500	63,6	601.155	655.905	9.936.750	65,8	-54.750	-0,5
01 Pessoal	4.014.520	25,6	163.730	135.850	4.042.400	26,8	27.880	0,7
02 Aq. bens e serviços	4.200.000	26,8	388.355	280.375	4.307.980	28,5	107.980	2,6
03 Encargos da dívida	228.620	1,5	2.000	27.530	203.090	1,3	-25.530	-11,2
04 Transferências	1.448.350	9,2	41.920	189.450	1.300.820	8,6	-147.530	-10,2
05 Subsídios	40.005	0,3	150	5.000	35.155	0,2	-4.850	-12,1
06 Outras desp. correntes	60.005	0,4	5.000	17.700	47.305	0,3	-12.700	-21,2
Despesas de Capital	5.708.500	36,4	1.293.130	1.838.380	5.163.250	34,2	-545.250	-9,6
07 Aq. bens investimento	3.570.970	22,7	997.630	1.544.980	3.023.620	20,0	-547.350	-15,3
08 Transferência capital	1.411.510	9,0	88.500	93.400	1.406.610	9,3	-4.900	-0,3
09 Ativos financeiros	5	0,0	7.000	0	7.005	0,0	7.000	140.000,0
10 Passivos financeiros	726.005	4,6	200.000	200.000	726.005	4,8	0	0,0
11 Outras desp. Capital	10	0,0	0	0	10	0,0	0	0,0
Total	15.700.000	100	1.894.285	2.494.285	15.100.000	100	-600.000	100

No decurso do ano 2014, registaram-se 14 modificações orçamentais, sendo doze alterações e duas revisões, que no seu conjunto, determinaram uma redução de 600 mil euros. Esta variação resultou da inscrição e prorrogação de projetos financiados pelo QREN e do Estado cuja execução física e financeira se irá prolongar para o exercício de 2015, designadamente:

- Centro Interpretativo Maria da Fonte;
- Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA);
- Colocação de relvado sintético no campo de jogos municipal;
- Colocação de relvado sintético no campo de jogos de St.º Emilião;
- Eficiência Energética na iluminação pública (IPEAVE);
- Beneficiação do Quartel da GNR da Póvoa de Lanhoso.

Pese embora alterações significativas no ano de 2014 no que respeita às despesas de pessoal, esta apenas sofreu um acréscimo de 0,7%. Este acréscimo é justificado pelo facto de o Tribunal Constitucional ter considerado inconstitucional os cortes salariais, medida que contribuiu para que no período de junho a outubro não tivesse havido qualquer redução remuneratória nos vencimentos, bem como o pagamento do subsídio de férias por inteiro. Os novos cortes foram aplicados no mês de outubro, mas com reduções substanciais face à situação inicialmente prevista.

Na rubrica de aquisição de bens e serviços verificou-se um acréscimo de 108 mil euros, justificado essencialmente pela aprovação da candidatura Formação Profissional dos Profissionais da Administração Pública Local 2, no âmbito do POPH o que implicou um reforço na rubrica da formação com cerca de 40 mil euros; reforço de aproximadamente 35 mil euros na rubrica de encargos com instalações, por via dos aumentos dos encargos de energéticos e pela abertura de novas instalações; reforço de 72 mil euros na rubrica de iluminação pública, justificado pelo aumento muito significativo dos encargos com as faturas da EDP.

Na rubrica de encargos coma dívida verifica-se uma redução de 11,2%, por via da redução dos encargos bancários, designadamente na taxa de referência (EURIBOR), bem como a redução substancial de encargos com juros de mora por atrasos de pagamento.

A redução da rubrica das transferências é justificado essencialmente pela alteração das transferências efetuadas para as freguesias, em que 30% passa a ser transferência de capital; redução nas transferências para as IPS'S pela diminuição de n.º de alunos a frequentar o Ensino Básico e Jardins de Infância no concelho; pelo contrário nos apoios às famílias verifica-se um reforço de 24 mil euros.

A rubrica de Aquisição de bens de investimento sofreu uma redução de 9,6%, justificado pela transição parcial de projetos de financiamento externo para exercícios seguintes.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'R' and 'mes' at the top, and a signature below.

2.4- Resumo dos Movimentos Financeiros de 2014

O saldo a transitar para 2015 no que respeita a operações orçamentais é de 24 mil euros, o quadro que se segue faz um breve resumo dos movimentos financeiros da autarquia no ano de 2014.

Designação	Unidade: Euros		
	Operações Orçamentais	Operações não Orçamentais	Total
(1) Saldo transitado de 2013	3.232,02	716.756,94	719.988,96
(2) Receitas arrecadadas	13.593.011,37	938.463,57	14.531.474,94
(3) Despesas efetuadas	13.572.210,77	1.153.190,13	14.725.400,90
Saldo a transitar para 2014 (1+2-3)	24.032,62	502.030,38	526.063,00

↓ R
mes
↓ O

III – PROCESSO ORÇAMENTAL

III – PROCESSO ORÇAMENTAL

3.1 – Execução Orçamental da Receita

No presente capítulo é efetuada a análise do desempenho da receita ao nível da previsão, cobrança e contabilização, tomando-se como referência a apreciação da estrutura orçamental, o desenrolar da execução do orçamento, refletido nas alterações nele introduzidas ao longo do ano económico, o grau de execução de receita alcançado face à receita inicialmente prevista e comparação com exercícios anteriores.

Estando a autonomia financeira da autarquia dependente dos meios colocados ao seu dispor para a prossecução dos fins próprios, é relevante referir que os resultados da execução orçamental estão fortemente dependentes de fundos externos.

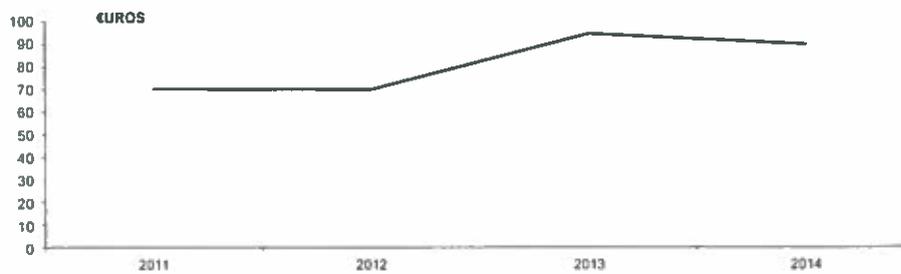
Unidade: Euros

Designação	Orçamento		Executado		Desvio Valor	Taxa de Exec
	Valor	%	Valor	%		
Receitas Correntes	12.556.095,00	83,1	12.064.381,32	88,8	-491.713,68	96,1
01 Impostos diretos	3.282.165,00	21,7	2.965.308,11	21,8	-316.856,89	90,3
02 Impostos indiretos	117.750,00	0,8	109.513,38	0,8	-8.236,62	93,0
04 Taxas, multas e out. penal.	435.980,00	2,9	399.264,33	2,9	-36.715,67	91,6
05 Rendimentos propriedade	644.915,00	4,3	592.342,58	4,4	-52.572,42	91,8
06 Transferências correntes	6.870.890,00	45,5	6.824.752,68	50,2	-46.137,32	99,3
07 Venda bens e serviços	1.193.890,00	7,9	1.150.366,85	8,5	-43.523,15	96,4
08 Outras receitas correntes	10.505,00	0,1	22.833,39	0,2	12.328,39	217,4
Receitas de Capital	2.540.667,98	16,8	1.528.372,67	11,2	-1.012.295,31	60,2
09 Venda bens investimento	65,00	0,0	1.050,00	0,0	985,00	1615,4
10 Transferências de capital	2.536.800,00	16,8	1.527.322,67	11,2	-1.009.477,33	60,2
11 Ativos financeiros	10,00	0,0	0,00	0,0	-10,00	0,0
12 Passivos financeiros	15,00	0,0	0,00	0,0	-15,00	0,0
13 Outras receitas de capital	3.777,98	0,0	0,00	0,0	-3.777,98	0,0
Outras Receitas	3.237,02	0,02	3.489,40	0,03	252,38	107,8
15 Rep. n/abatidas nos pag.	5,00	0,0	257,38	0,0	252,38	5147,6
16 Saldo gerência anterior	3.232,02	0,0	3.232,02	0,0	0,00	100,0
Total	15.100.000,00	100	13.596.243,39	100	-1.503.756,61	90,0

Em termos globais, as receitas correntes liquidadas obtiverem um grau de execução de 96%. No geral todas as rubricas obtiveram um bom desempenho, com uma execução

orçamental superior a 90%, facto que demonstra um orçamento equilibrado em termos de previsão.

Evolução do grau de execução das receitas no período 2011-2014



Em termos globais e ao longo dos quatro últimos anos as receitas municipais apresentam uma tendência de estagnação, verificando um substancial crescimento em 2013 e um declínio em 2014, mas apenas justificado pela não utilização de passivos financeiros.

Execução da receita sem a utilização de empréstimos

Designação	2011		2012		2013		2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Totais (1)*	15.174.549	100	15.739.600	100	16.371.560	100	13.593.011	100
Empréstimos Bancários (2)	105.000	0,7	748.500	4,8	2.769.210	16,9	0	0
Total = (1) - (2)	15.069.549	99,3	14.991.100	95,2	13.602.350	83,1	13.593.011	100
Taxa de Crescimento	5,9%		-0,5%		-9,3%		-0,1%	

* Excluído o saldo transitado do ano anterior

Estrutura da receita

Rácios	2011	2012	2013	2014
Receitas próprias/receita total	29,6	30,2	31,7	38,6
Receita cobrada localmente/receita total	16,4	16,8	15,0	16,8
Impostos diretos/ receita total	13,3	13,4	16,7	21,8
Fundos municipais/receita total	47,7	43,7	42,0	49,2
Transferências da administração central/ receita total	69,6	65,0	51,2	61,3
Passivos financeiros/receita total	0,7	4,8	16,9	0,0
Venda de bens e serviços e investimentos/receita total	6,1	7,7	7,9	8,5

Ao longo do quadriénio verifica-se, ainda que ligeira uma melhoria da autonomia financeira do município. As receitas próprias têm vindo a aumentar o seu peso reforçado

pela diminuição das transferências da administração central e fundos municipais sob o total das receitas cobradas.

Destaca-se um aumento da receita cobrada localmente em 2014, contrariando a tendência do último ano.

O aumento gradual dos impostos diretos só vem reforçar a importância destes impostos no total das receitas da autarquia.

3.1.1 – Execução da Receita Corrente

Unidade: Euros

Designação	2014		2013		Variação Valor	Taxa de Var.
	Valor	%	Valor	%		
Receitas Correntes	12.064.381,32	96,1	11.735.934,77	97,2	328.446,55	2,8
01 Impostos diretos	2.965.308,11	90,3	2.737.983,56	106,0	227.324,55	8,3
02 Impostos indiretos	109.513,38	93,0	145.757,02	76,0	-36.243,64	-24,9
04 Taxas, multas e out. penal.	399.264,33	91,6	391.923,46	80,2	7.340,87	1,9
05 Rendimentos propriedade	592.342,58	91,8	598.363,63	93,7	-6.021,05	-1,0
06 Transferências correntes	6.824.752,68	99,3	6.677.426,12	97,4	147.326,56	2,2
07 Venda bens e serviços	1.150.366,85	96,4	1.169.848,50	88,7	-19.481,65	-1,7
08 Outras receitas correntes	22.833,39	217,4	14.632,48	292,4	8.200,91	56,0

Em 2014 as receitas correntes cresceram 328 mil euros (+2,8%), por via do aumento nos impostos diretos (8,3%), das transferências correntes (+2,2%) e em outras receitas correntes, em contrapartida verifica-se uma diminuição significativa na rubrica dos impostos indiretos, nos rendimentos de propriedade e na venda de bens e serviços.

Handwritten notes:
R
meses
0
↓

3.1.1.1 – Principais componentes da receita corrente

Atendendo à importância desenvolver-se-á, de seguida, um estudo mais detalhado da receita corrente mais representativa.

Receitas Fiscais

Designação	Orçamento		Executado		Taxa de Exec.
	Valor	%	Valor	%	
01 Impostos diretos	3.282.165,00	85,6	2.965.308,11	85,4	90,3
Imposto municipal imóveis	2.360.000,00	61,5	2.182.072,52	62,8	92,5
Imposto único de circulação	440.000,00	11,5	459.618,31	13,2	104,5
Imposto municipal trans. o im	481.500,00	12,6	323.617,28	9,3	67,2
Impostos abolidos	660,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Impostos diretos diversos	5,00	0,0	0,00	0,0	0,0
02 Impostos indiretos	117.750,00	3,1	109.513,38	3,2	93,0
Mercados e feiras	71.500,00	1,9	78.424,71	2,3	109,7
Loteamentos e obras	12.500,00	0,3	3.953,39	0,1	31,6
Ocupação da via pública	18.500,00	0,5	16.300,96	0,5	88,1
Publicidade	200,00	0,0	80,10	0,0	40,1
Saneamento - conservação	500,00	0,0	50,75	0,0	10,2
Utilização da rede viária	500,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Outros	14.050,00	0,4	10.703,47	0,3	76,2
04 Taxas, multas e out. penalidade	435.980,00	11,4	399.264,33	11,5	91,6
Mercados e feiras	50,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Loteamentos e obras	115.500,00	3,0	87.401,17	2,5	75,7
Ocupação da via pública	5,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Caça e uso e porte de arma	300,00	0,0	245,48	0,0	81,8
Saneamento	172.000,00	4,5	192.410,30	5,5	111,9
Outros	115.125,00	3,0	81.601,31	2,3	70,9
Multas e outras penalidades	33.000,00	0,9	37.606,07	1,1	114,0
Total	3.835.895,00	100	3.474.085,82	100	90,6

As receitas fiscais constituem uma das principais fontes de receita da autarquia. Apesar de em termos absolutos no cômputo geral as rubricas terem ficado aquém do previsto, ainda assim conseguiram uma boa taxa de execução.

Não obstante o aumento do IMI, este ficou abaixo do previsto, bem como se verifica uma baixa execução no IMT, justificada pela conjuntura atual. Há que destaca-se a excelente execução da receita do imposto único de circulação, com 105%.

Transferências Correntes

Designação	Orçamento Inicial		Executado		Diferença	Unidade: Euros Taxa de Exec.
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Orçamento do estado	6.099.134,00	88,8	6.099.134,00	89,4	0,00	100,0
Fundos comunitários	56.376,00	0,8	56.488,70	0,8	112,70	100,2
Outros/contratos programa	715.380,00	10,4	669.129,98	9,8	-46.250,02	93,5
Total	6.870.890,00	100	6.824.752,68	100	-46.137,32	99,3

Pela positiva, temos as transferências correntes com um grau de execução de 99%. O valor que se destaca pela menor execução é a dos outros/contratos programa, tal deve-se ao facto de haver atrasos no recebimento de verbas referentes às comparticipações financeiras, designadamente do IEFP no âmbito de programas CEI. Acresce uma quebra da receita transferida pela DGEST pelo facto de haver redução do n.º de alunos a frequentar aos estabelecimentos escolares.

Venda de Bens e Serviços

Designação	Orçamento Inicial		Executado		Diferença	Unidade: Euros Taxa Exec.
	Valor	%	Valor	%	Valor	
07 Venda de Bens e Serviços	1.193.890,00	100	1.150.366,85	100	-43.523,15	96,4
Venda de bens	571.610,00	47,9	521.764,69	45,4	-49.845,31	91,3
Serviços	600.775,00	50,3	607.754,28	52,8	6.979,28	101,2
Rendas	21.505,00	1,8	20.847,88	1,8	-657,12	96,9

Um dos principais aspetos a ressaltar da análise do quadro anterior é a execução dos serviços, na qual se obteve uma execução de 101%. No que concerne à venda de bens com uma taxa de execução de 91%, pese embora o facto de se ter procedido à atualização dos tarifários, quer a adesão aos serviços disponíveis pela autarquia, quer a dívida em atraso condicionam a superação do valor previsto.

Para além de que se verifica em algumas rubricas uma forte contração face aos valores arrecadados em anos anteriores, facto que advém da conjuntura atual.

Apesar de a execução ter ficado ligeiramente aquém do esperado, foi ainda assim superior aos valores verificados em anos anteriores.

3.1.2 – Execução da Receita de Capital

Unidade: Euros

Designação	2014		2013		Variação	Taxa Exec.
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Receitas de capital	1.528.372,67	60,2	4.635.500,19	88,9	-3.107.127,52	-67,0
09 Venda bens investimento	1.050,00	1615,4	125.375,00	19284,6	-124.325,00	-99,2
10 Transferências de capital	1.527.322,67	60,2	1.740.915,56	75,1	-213.592,89	-12,3
11 Ativos financeiros	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
12 Passivos financeiros	0,00	0,0	2.769.209,63	95,9	-2.769.209,63	-100,0
13 Outras receitas de capital	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Outras receitas	3.489,40	107,8	2.932,94	102,6	556,46	19,0
15 Rep. n/abatidas nos pag.	257,38	5147,6	125,07	250,1	132,31	100,0
16 Saldo gerência anterior	3.232,02	100,0	2.807,87	100,0	424,15	15,1

Deste quadro pode observar-se que as receitas de capital no ano de 2014, registaram uma execução de 60%.

O facto de se ter verificado um decréscimo tão acentuada comparativamente ao ano anterior, justifica-se pelos passivos financeiros, pela redução da venda de bens de investimento e redução das transferências do orçamento de Estado.

Há que referir uma alteração na estrutura das transferências do orçamento de estado para 2014, em que o fundo de equilíbrio financeiro passa de 80% para 90%, reforçando a componente corrente em detrimento do capital. No cômputo geral a autarquia recebeu menos 633.726€ de fundo de equilíbrio financeiro de capital.

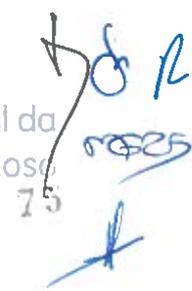
A rubrica de cooperação financeira não teve qualquer execução orçamental, justificado pelo não recebimento de participação do INAG no valor de 185 mil euros (pedidos de pagamento efetuados em 2012), bem como pelo atraso da execução física da obra do quartel da GNR, e que conseqüentemente não se efetuaram pedidos de pagamento, para recebimento da respetiva participação financeira.

No que concerne à rubrica de participação comunitária, ficou por receber o valor aproximado de 390 mil euros, referente a montantes ainda não reembolsados de obras que já se encontram física e financeiras concluídas, bem como pedidos de pagamentos efetuados de projetos em curso cujo reembolso não foi efetuado.

As restantes rubricas apresentaram um valor de execução muito positiva.

A composição dos valores arrecadados e afetos às receitas de capital por agregados económicos pode ser observado no gráfico que se segue:



75


3.1.2.1 – Principais Componentes da Receita de Capital

Transferências de Capital

Unidade: Euros

Designação	Orçamento Inicial		Executado		Diferença	Taxa Exec.
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Orçamento do estado	595.489,00	23,5	595.489,00	39,0	0,00	100,0
Fundos comunitários	1.690.721,00	66,6	931.833,67	61,0	-758.887,33	55,1
Outros/contratos programa	250.590,00	9,9	0,00	0,0	-250.590,00	0,0
Total	2.536.800,00	100	1.527.322,67	100	-1.009.477,33	60,2

Na rubrica das transferências de capital são contabilizadas as receitas provenientes das participações a fundos perdidos, nomeadamente de contratos com fundos comunitários. Da análise ao quadro das transferências de capital deparamo-nos com um grau de execução de 60%, face ao valor inicialmente previsto.

Se tivermos em consideração que a 31 de dezembro de 2014 existe pedidos de pagamento efetuados e não reembolsados no valor de 575 milhares de euros, a execução real seria de 83%.

O facto de nos outros/contratos programa não se ter obtido qualquer execução, deve-se a atrasos muito significativos nas participações do INAG, que apresenta um valor em dívida a receber desde 2012, no valor de 185 mil euros.

3.2 – Execução Orçamental da Despesa

Neste ponto efetuar-se-á a análise da despesa na ótica da classificação económica. Após uma breve referência aos valores orçamentados e sua comparação com os valores executados, o que permitirá examinar o nível de realização das despesas e apurar os eventuais desvios, será dado um maior destaque às despesas afetas às Grandes Opções do Plano e em especial às executadas no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos, permitindo avaliar a sua execução e do alcance dos objetivos previstos naquele documento.

A despesa global paga foi aproximadamente de 13,6 milhões de euros, o que traduz uma taxa de execução orçamental da despesa paga de 90%.

Execução orçamental da despesa por classificação económica

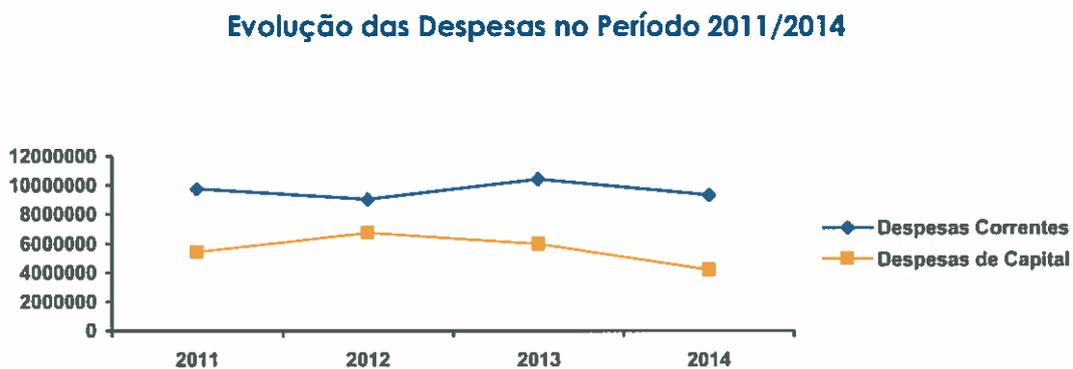
O quadro que se segue resume na ótica da classificação económica, o total da despesa orçamental contabilizada, comparando os valores previstos com os valores efetivamente pagos.

Designação	Orçamento		Executado		Desvio Valor	Taxa Exec.
	Valor	%	Valor	%		
Despesas correntes	9.936.750,00	65,8	9.361.230,58	69,0	-575.519,42	94,2
01 Despesas com pessoal	4.042.400,00	26,8	3.994.259,27	29,4	-48.140,73	98,8
02 Aquisição bens e serviços	4.307.980,00	28,5	3.830.473,67	28,2	-477.506,33	88,9
03 Encargos corr. da dívida	203.090,00	1,3	201.634,15	1,5	-1.455,85	99,3
04 Transferências correntes	1.300.820,00	8,6	1.254.109,68	9,2	-46.710,32	96,4
05 Subsídios	35.155,00	0,2	34.560,12	0,3	-594,88	98,3
06 Outras despesas correntes	47.305,00	0,3	46.193,69	0,3	-1.111,31	97,7
Despesas de capital	5.163.250,00	34,2	4.210.980,19	31,0	-952.269,81	81,6
07 Aq bens de investimento	3.023.620,00	20,0	2.102.095,41	15,5	-921.524,59	69,5
08 Transferências de capital	1.406.610,00	9,3	1.377.099,66	10,1	-29.510,34	97,9
09 Ativos financeiros	7.005,00	0,0	7.000,00	0,1	-5,00	99,9
10 Passivos financeiros	726.005,00	4,8	724.785,12	5,3	-1.219,88	99,8
11 Outras receitas capital	10,00	0,0	0,00	0,0	-10,00	0,0
Total	15.100.000,00	100	13.572.210,77	100	-1.527.789,23	89,9

Ao comparar a estrutura do orçamento final com a sua efetiva realização, constata-se a despesa corrente obteve um maior grau de execução.



A observação do gráfico permite-nos visualizar o desvio real entre a Despesa Orçada e a Despesa Paga.



Quando comparado com anos anteriores verifica-se uma alteração significativa da evolução das despesas.

Nas despesas correntes verifica-se um acréscimo em 2013 facto que se justifica pelo pagamento de dívidas transitadas de anos anteriores, revertendo-se o crescimento em 2014.

Nas despesas de capital têm-se verificado um decréscimo desde 2012, justificado pela contenção de despesas e assunção de compromissos de acordo com a capacidade de liquidez da autarquia.

O ano de 2014 pautou-se por ser um ano de contenção, em que a prioridade foi a de execução de candidaturas aprovadas no âmbito do QREN. Verificou-se uma redução

dos compromissos assumidos no exercício, permitindo assim libertar recursos para pagamento de dívidas e compromissos transitadas.

Estrutura da Despesa

Rácios	2011	2012	2013	2014
Despesa corrente/despesa de capital	181,2	135,5	175,9	222,3
Despesa corrente/despesa total	64,4	57,5	63,7	69,0
Despesa de capital/despesa total	35,6	42,5	36,3	31,0
Pessoal/despesa total	26,5	22,4	25,2	29,4
Aquisição bens e serviços /despesa total	27,6	24,8	28,0	28,2
Serviço da dívida/despesa total	4,5	8,1	6,1	6,8
Transferências/despesa total	13,7	12,8	15,7	19,6

A análise destes rácios indiciam quando comparado com anos anteriores, um acréscimo em quase todas as componentes, no entanto convém ressaltar que os indicadores reportam a valores pagos e não compromissos assumidos.

3.2.1 – Execução da Despesa Corrente

A despesa corrente paga totalizou 9.361.231€, refletindo um grau de execução de 94%. O quadro a seguir evidencia a estrutura da execução das despesas correntes. As rubricas de despesas de pessoal e a aquisição de bens e serviços representam no conjunto uma execução de 84% do total das despesas correntes e de 58% do total da despesa.

Designação	2014		2013		Variação Valor	Taxa de Var.
	Valor	%	Valor	%		
Despesas Correntes	9.361.230,58	94,2	10.436.419,28	81,7	-1.075.188,70	-10,30
01 Despesas com pessoal	3.994.259,27	98,8	4.119.537,22	98,0	-125.277,95	-3,0
02 Aquisição bens e serviços	3.830.473,67	88,9	4.585.861,57	93,8	-755.387,90	-16,5
03 Encargos corr. da dívida	201.634,15	99,3	231.511,67	99,2	-29.877,52	-12,9
04 Transferências correntes	1.254.109,68	96,4	1.357.567,11	94,1	-103.457,43	-7,6
05 Subsídios	34.560,12	98,3	108.809,23	97,1	-74.249,11	-68,2
06 Outras despesas correntes	46.193,69	97,7	33.132,48	93,1	13.061,21	39,4

No que concerne às restantes rubricas, as transferências correntes e subsídios representam 14%, os encargos correntes com a dívida (2%) e as outras despesas correntes (0,5%) da despesa corrente.

Quando comparado com o ano 2013, verifica-se um decréscimo de 10%. Este valor justifica-se pelo pagamento em 2013 de dívida transitada de anos anteriores. Se tivermos em consideração o valor de compromissos assumidos no ano de 2013 foi de 10,822 milhares de dos quais ficaram 386 mil euros por pagar, em contrapartida no ano de 2014 o valor dos compromissos assumidos foi de 9,726 milhares de euros, dos quais apenas 364 mil euros ficaram por liquidar, redução de 5,7% de compromissos assumidos a transitar.

3.2.1.1 – Principais Componentes das Despesas Correntes

Despesas com o Pessoal

Designação	Unidade: Euros				
	Compromissos transitados anos anteriores	Compromissos do exercício	Valor pago	Compromissos por pagar	Grau de Exec.
01 Despesas com Pessoal	69.270,10	3.932.887,40	3.994.259,27	7.898,23	98,8
Remunerações certas e permanentes	338,44	3.051.849,57	3.052.188,01	-	100,0
Abonos variáveis ou eventuais	-	53.858,46	53.858,46	-	97,7
Segurança Social	68.931,66	827.179,37	888.212,80	7.898,23	95,0

O valor total executado no ano económico em análise foi de 3,994 milhões de euros. Anota-se contudo, que as despesas de pessoal em relação às despesas correntes estão dentro dos limites legais, representando 43% das mesmas.

Esta rubrica quando comparado com 2013, sofreu um decréscimo que se justifica pela redução de dívida à ADSE, ainda assim liquidou-se no ano em apreço cerca de 69 mil euros de dívida transitada.

O decréscimo só não foi mais acentuado pelo facto de terem ocorrido alterações significativas nos vencimentos base dos funcionários e consequentemente nos respetivos encargos sociais, designadamente pela suspensão e posterior alteração dos cortes salariais.

Verifica-se ainda assim uma redução do passivo no valor em 89%

O valor dos encargos assumidos e não pagos corresponde essencialmente a dívida à ADSE.

Aquisição de bens e serviços correntes

Unidade:
Euros

Designação	Compromissos transitados anos anteriores	Compromissos do exercício	Valor pago	Compromissos por pagar	Grau de Exec.
02 Aquisição de bens e serviços	239.340,41	3.919.798,86	3.830.473,67	328.665,60	88,9
Aquisição de bens	70.906,28	1.070.848,78	1.047.589,28	94.165,78	89,4
Aquisição de serviços	168.434,13	2.848.950,08	2.782.884,39	234.499,82	88,7

Da análise do quadro acima representado, verifica-se que as rubricas de aquisição de bens representam 27% e a aquisição de serviços 73%.

Os encargos com o ambiente têm um peso de 33% e a educação com cerca de 20% no valor de aquisição de bens e serviços.

Transferências e subsídios correntes

Unidade: Euros

Designação	Compromissos transitados anos anteriores	Compromissos do exercício	Valor pago	Compromissos por pagar	Grau de Exec.
Transferências e subsídios correntes	77.423,57	1.238.898,71	1.288.669,80	27.652,48	96,5
Sociedades privadas	-	-	0,00	-	0,0
Administração central	-	24.255,66	24.255,66	-	99,8
Administração local	43.140,01	382.820,10	422.749,86	3.210,25	99,1
Instituições sem fins lucrativos	19.588,83	638.795,89	638.965,55	19.419,17	94,6
Famílias	14.694,73	193.027,06	202.698,73	5.023,06	96,7

Destaca-se uma execução de 97% e uma redução de compromissos assumidos por pagar de 64%.

3.2.2 – Execução da Despesa de Capital

Os quadros seguintes permitem observar a desagregação das despesas de capital, constantes da prestação de contas, indicando para as respectivas dotações orçamentais, o volume da despesa paga e respetiva taxa de execução.

Designação	Orçamento Final		Executado		Desvio	Taxa Exec.
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Despesas de Capital	5.163.250,00	100,0	4.210.980,19	100,0	-952.269,81	81,6
07 Aquisição Bens Investimento	3.023.620,00	20,0	2.102.095,41	15,5	-921.524,59	69,5
08 Transferências de Capital	1.406.610,00	9,3	1.377.099,66	10,1	-29.510,34	97,9
09 Ativos Financeiros	7.005,00	0,0	7.000,00	0,1	-5,00	99,9
10 Passivos Financeiros	726.005,00	4,8	724.785,12	5,3	-1.219,88	99,8
11 Outras Receitas Capital	10,00	0,0	0,00	0,0	-10,00	0,0

Designação	Unidade: Euros				
	Compromissos transitados anos anteriores	Compromissos do exercício	Valor pago	Compromissos por pagar	Grau de Exec.
Despesas de Capital	248.631,41	4.696.929,64	4.210.980,19	734.580,86	81,6
07 Aquisição bens investimento	172.349,05	2.641.167,02	2.102.095,41	711.420,66	69,5
08 Transferências de capital	76.282,36	1.323.977,50	1.377.099,66	23.160,20	97,9
09 Ativos financeiros	-	7.000,00	7.000,00	-	99,9
10 Passivos financeiros	-	724.785,12	724.785,12	-	99,8
	-	-	-	-	0,0

O Investimento apresenta uma taxa de execução de 82%, as transferências de capital (98%), os ativos e passivos financeiros (100%). Embora sejam os passivos financeiros a obterem uma melhor taxa de execução do que os investimentos, em termos globais das despesas de capital estas representam respetivamente apenas 5% e 17%.

Comparativamente ao ano de 2013, destaca-se um aumento dos compromissos assumidos e não pagos em 486 mil euros. Deste valor cerca de 433 mil euros ainda não foram faturados, justifica-se essencialmente por compromissos assumidos referentes a

obras em curso, designadamente financiadas, cuja execução física ficou aquém do expectável, designadamente:

- Relvados sintéticos dos campos de jogos Municipal e de St. Emilião – 143 mil euros;
- Alteração e ampliação do Quartel da GNR – 70,6 mil euros;
- Centro Interpretativo Maria da Fonte – 114,5 mil euros;
- Rede de saneamento e água – 79,5 mil euros.

3.2.2.1 – Principais componentes da despesa de capital

O valor do investimento municipal inicialmente previsto para o ano económico de 2014 totalizava cerca de 3,571 milhões de euros. Contudo no decurso da sua execução, foram efetuadas alterações orçamentais que originaram um decréscimo de 15% em relação ao orçamento inicialmente previsto. Esta redução, como já foi anteriormente explicado neste documento, justificou-se essencialmente pelo diferimento de projetos financiados para anos subsequentes.

Em termos de pagamentos, os quais totalizaram 2.102.095€, obteve-se uma taxa de execução de 70%. Em termos de utilização orçamental os compromissos assumidos do exercício atingiram um volume 2.813.516€, ou seja uma realização efetiva de 75%.

O gráfico a seguir representa o peso relativo a cada capítulo no total das despesas de capital.

Designação	Orçamento Final		Executado		Diferença	Unidade: Euros Taxa Exec.
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Terrenos	76.000,00	2,5	76.000,00	3,6	0,00	100,0
Habitações	10,00	0,0	0,00	0,0	-10,00	0,0
Outros edifícios	1.219.842,00	40,3	809.371,12	38,5	-410.470,88	66,4
Construções diversas	223.904,00	7,4	78.627,68	3,7	-145.276,32	35,1
Material de transporte	37.700,00	1,2	28.141,25	1,3	-9.558,75	74,6
Equipamento de informática	90.700,00	3,0	90.490,42	4,3	-209,58	99,8
Software informático	60.500,00	2,0	39.295,84	1,9	-21.204,16	65,0
Equipamento administrativo	1.505,00	0,0	1.135,83	0,1	-369,17	75,5
Equipamento básico	114.013,00	3,8	79.747,58	3,8	-34.265,42	69,9
Ferramentas e utensílios	10.250,00	0,3	9.630,90	0,5	-619,10	94,0
Artigos e objetos de valor	100,00	0,0	0,00	0,0	-100,00	0,0
Investimentos incorpóreos	43.550,00	1,4	30.713,10	1,5	-12.836,90	70,5
Outros investimentos	5.065,00	0,2	4.994,37	0,2	-70,63	98,6
Locação financeira	39.955,00	1,3	39.569,04	1,9	-385,96	99,0
Bens de domínio público	1.100.526,00	36,4	814.378,28	38,7	-286.147,72	74,0
Total	3.023.620,00	100	2.102.095,41	100	-921.524,59	69,5

Evolução dos investimentos no período de 2011/2014

Designação	2011		2012		2013		2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
07 – Aquisição bens capital	4.014.329	50,2	4.200.760	55,1	3.943.001	92,3	2.102.095	69,5

Numa análise mais apurada das despesas de investimentos ao longo do quadriénio e o seu respectivo peso em termos de execução orçamental. Destaca-se desde logo, que apesar de em termos absolutos em 2014 ter sido o exercício em que se executou o valor mais baixo do quadriénio, ainda assim em termos de execução orçamental obteve-se melhores resultados que nos anos 2011 e 2012.

Fontes de Financiamento de Investimento

Designação	2011		2012		2013		2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empréstimos bancários - MPL	105.000	2,6	248.500	5,9	2.769.210	70,2	0	0,0
Transferências de capital	4.898.759	122,0	4.809.921	114,5	1.740.916	44,2	1.527.323	72,7
FEF	2.598.890	64,7	2.458.430	58,5	1.229.215	31,2	595.489	28,3
Fundos comunitários	2.299.869	57,3	2.237.053	53,3	487.701	12,4	931.844	44,3
Outros	0	0,0	114.438	2,7	24.000	0,6	0	0,0
Outras receitas próprias	-989.430	-24,6	-857.661	-20,4	-567.125	-14,4	574.772	27,3
Total dos Investimentos	4.014.329	100	4.200.760	100	3.943.001	100	2.102.095	100

O investimento tem tido nos últimos anos diversas fontes de financiamento, mas como se pode observar no quadro acima representado, contrariando em absoluto os últimos anos, no ano em apreço as receitas próprias financiaram 27% o total de investimentos.

Transferências de Capital

Designação	Orçamento		Executado		Diferença	Unidade: Euros Taxa Exec.
	Valor	%	Valor	%	Valor	
	Transferências de capital	1.406.610,00	100,00	1.377.099,66	100,00	-266.066,78
Administração central	5,00	0	0,00	0	-5,00	0
Administração local	1.217.600,00	58,8	1.196.406,66	58,6	-158.393,95	98,3
Instituições sem fins lucrativos	172.000,00	33,9	171.718,00	36,1	-70.038,00	99,8
Empresas/outras	17.005,00	7,2	8.975,00	5,3	-37.629,83	52,8

Como se pode apurar da tabela, a administração local absorveu 59% do total as transferências de capital.

Amortização de Passivos Financeiros

No que se reporta à execução dos passivos financeiros obtiveram uma execução orçamental de 99,8%, no entanto estes apenas representam 17% do total das despesas de capital, justificado pela amortização de empréstimos de médio e longo prazo. No que concerne ao total da execução de despesas, apenas contribuíram para 5% do valor da execução total.

3.3 – Análise das Grandes Opções do Plano

A execução das grandes opções do plano representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal, e apresenta-se organizado por objetivos, programas, projetos, ações, e pelas intervenções sectoriais desenvolvidas pelos diferentes pelouros, num horizonte móvel de quatro anos. São parte integrante deste documento: o Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos e o Mapa de Execução Plurianual das Atividades mais relevantes do Município.

O mapa que a seguir se apresenta demonstra a estrutura do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano das Atividades Municipais (PAM) por objetivos, comparando o valor orçado com o valor executado.

Execução das Grandes Opções do Plano

Unidade: Euros

Objetivos	PPI			PAM		
	Orçado	Execução	%	Orçado	Execução	%
1.1.1 Administração geral	190.170,00	140.103,30	73,7	0,00	0,00	0,0
1.2.1 Segurança e ordem pública	77.550,00	6.924,27	8,9	76.500,00	75.329,12	98,5
2.1.1 Ensino não superior	56.205,00	55.441,12	98,6	5,00	0,00	0,0
2.1.2. Serviços auxiliares de ensino	0,00	0,00	0,0	1.088.100,00	976.723,34	89,8
2.2.1 Serviços de saúde	500,00	0,00	0,0	26.844,00	23.476,41	87,5
2.3.2 Ação social	0,00	0,00	0,0	172.900,00	157.083,71	90,9
2.4.1 Habitação	5,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0
2.4.2 Ordenamento território	284.950,00	173.982,80	61,1	0,00	0,00	0,0
2.4.3 Saneamento	101.550,00	32.770,70	32,3	472.000,00	435.314,38	92,2
2.4.4 Abastecimento de água	144.550,00	79.687,43	55,1	590.500,00	553.041,04	93,7
2.4.5 Resíduos sólidos	36.700,00	23.956,89	65,3	182.000,00	149.322,41	82,0
2.4.6 Proteção m.a. e c. natur.	23.164,00	22.575,71	97,5	26.000,00	25.033,67	96,3
2.5.1. Cultura	727.790,00	408.701,17	56,2	149.600,00	142.194,18	95,0
2.5.2 Desporto, receio e lazer	625.492,00	463.413,16	74,1	130.000,00	128.568,63	98,9
3.2.1 Energia	43.529,00	29.060,49	66,8	602.400,00	596.984,52	99,1
3.3.1 Transportes rodoviários	714.500,00	663.035,57	92,8	0,00	0,00	0,0
3.4.1 Mercados e feiras	9.510,00	9.412,80	99,0	0,00	0,00	0,0
3.4.2 Turismo	5,00	0,00	0,0	1.250,00	1.190,01	95,2
3.5.1 Outras func. Económicas	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0
4.2.1 Transferências adm. púb.	0,00	0,00	0,0	1.589.500,00	1.564.786,52	98,4
4.2.2 Transferências adm. priv.	0,00	0,00	0,0	207.200,00	205.880,00	99,4
4.3.1 Ativos financeiros	5,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0
4.3.2 Outras despesas capital	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0
Total	3.036.175,00	2.109.065,41	69,5	5.314.799,00	5.034.927,94	94,7

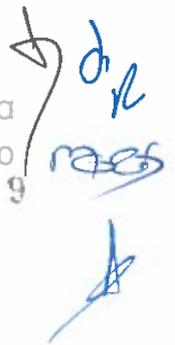
Da análise à execução das Grandes Opções do Plano de 2014, verifica-se uma boa execução principalmente do PAM.

Para esta excelente execução do PAM contribuíram todos os objetivos, cuja execução ficou acima dos 80%.

A baixa execução de algumas rubricas do PPI justifica-se essencialmente pelo atraso da execução de alguns projetos financiados, designadamente na segurança e ordem pública - projeto da remodelação do quartel da GNR; rede de saneamento e água - obra em curso; desporto, recreio e lazer - sintéticos dos campos de jogos; cultura - projeto do centro Interpretativo Maria da Fonte.

Nos restantes objetivos obtiveram-se execuções bastante positivas.

No cômputo geral o objetivo que maior peso apresenta das GOP'S foram as transferências administração pública com 22%. Ainda no total da execução das GOP'S o ambiente absorveu 18,5%, a educação com 14,4%, e a cultura e desporto com 7,7% e 8,3% respetivamente.



3.4 - Análise da Dívida Municipal

3.4.1 – Limites ao Endividamento Municipal 2014

Com a entrada em vigor da Nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), alterou-se por completo a forma de cálculo dos limites ao endividamento municipal. A dívida total das operações orçamentais, incluindo as entidades previstas no art.º 54 da referida lei, não pode ultrapassar a 31 de dezembro de cada ano, 1,5% da média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios seguintes.

Designação	Unidade: Euros Montante
Limites da dívida municipal para 2014	
(1) - Limite da dívida total (art.º 52 da Lei n.º 73/2013)	15.949.652,12
(2) - Dívida total a 31/12/2013 ³	9.199.914,73
(3) = (1)-(2) - Margem absoluta	6.749.737,39
(4) = 20% x (3) - Margem utilizável	1.349.947,48
(5) = (2)+(4) - Limite máximo da dívida	10.549.862,21
Situação face aos limites a 31/12/2014	
(6) - Dívida total orçamental do Município ⁴	6.867.464,77
(7) - Dívida do AM ⁵ + SEL + Entidades participadas	21.889,67
(8) = (6)+(7) - Dívida total	6.889.354,44
(9) = (5)-(8) - Margem disponível por utilizar	3.660.507,77

³ Inclui a dívida total do município a 31/12/2013, excluído da dívida não orçamental e acrescido da dívida AM + SEL + Entidades participadas:

Total da Dívida a terceiros incluindo dívidas orçamentais	AM + SEL + Entidades Participadas	Dívida Total	Dívidas não orçamentais	Excluindo Dívidas não orçamentais
(1)	(2)	(3) = (1) + (2)	(4)	(5) = (3) - (4)
9.714.628	202.044	9.916.672	716.757	9.199.915

⁴ Não inclui a dívida referente ao FAM no valor de 745.245,38€. Em conformidade com o disposto na LOE, a contribuição para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total.

⁵ AM – Associações de Municípios, SEL – Sector Empresarial Local

Detalhe da Dívida das AM, SEL e Entidades participadas

Designação	2014
EPAVE	0,00
BRAVAL	0,00
CIM	18.831,43
Centro de Criatividade	2.715,17
Associação Nacional de Municípios Portugueses	343,07
TOTAL	21.889,67

Como se pode observar do quadro, a autarquia encontra-se a cumprir integralmente os limites ao endividamento estabelecidos.

Rácios do Grau de Endividamento

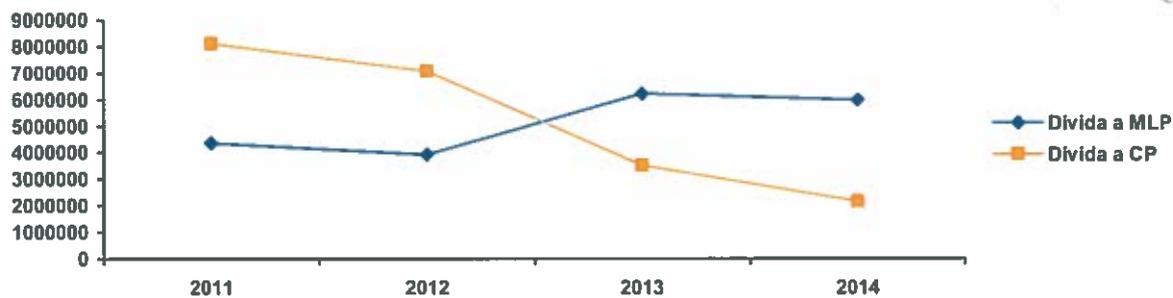
Designação	2011	2012	2013	2014
Endividamento de curto prazo	0%	0%	0%	-
Endividamento de médio e longo prazo	72%	76%	67%	-
Endividamento	87%	75%	52%	65%

3.4.2 – Análise da Dívida Global

Designação	Unidade: Euros			
	2011	2012	2013	2014
Dívidas a médio e longo prazo	4.359.958	3.925.501	6.209.927	5.976.106
Dívidas a terceiros a curto prazo	8.110.737	7.064.470	3.504.701	2.138.635
Passivo Total	12.470.695	10.989.971	9.714.628	8.114.741
Taxa de Crescimento	-2,3%	-11,9%	-11,6%	-16,5%

Excluindo a comparticipação ao FAM (Fundo de Apoio Municipal) no valor de 745 mil euros, destaca-se uma redução de 2, 345 milhões de euros de dívida face ao ano 2013, e 41% (5,1 milhões de euros) face a 2011.

Ainda assim, verifica-se uma diminuição de 1,6 milhões de euros (-16,5%), face ao período anterior.



Em 2013 com adesão do Município ao PAEL verifica-se uma reestruturação da dívida, e consequentemente uma alteração de estrutura em comparação com os anos anteriores, em que a dívida de médio e longo prazo ultrapassou a de curto prazo.

De salientar a quebra gradual da dívida de médio e longo prazo nos últimos 4 anos, bem como a redução da dívida de medio e longo prazo em 2014.

Rácios dos encargos com a dívida

Designação	2011	2012	2013	2014
Juros/Receita fiscal	4,8%	6,7%	7,1%	5,8%
Juros/Receita corrente	1,2%	1,8%	2,0%	1,7%
Juros/Despesa corrente	1,3%	2,0%	2,2%	2,2%

De acordo com os rácios, os encargos com a dívida têm um peso bastante reduzido quer nas receitas fiscais (6%), quer no total das receitas correntes (2%), quer o peso dos

(Handwritten signatures and initials)

3.4.3 – Análise da Redução dos Pagamentos em Atraso

Em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 94 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2014), impõe a obrigatoriedade de redução dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIL) em setembro de 2013, designadamente:

Unidade: Euros			
<i>Dívidas vencidas há mais de 90 dias a 30/09/2013</i> (1)	REDUÇÃO <i>n.º2, art.º 94º LOE/2014</i> (2)	<i>Valor limite dos pagamentos em atraso a 31/12/2014</i> (3) = (1) - (2)	<i>Dívidas vencidas há mais de 90 dias a 31/12/2014</i> (4)
385.837	38.584	347.253	0

Como se pode verificar o Município não só não cumpriu a redução obrigatória, como já não apresenta dívidas vencidas há mais de 90 dias.

Impôs ainda a LOE2014 no n.º 5 do art.º 94 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, posteriormente alterada pelo art.º 2 da Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro (2ª alteração à Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro), que o aumento da receita do imposto municipal sobre imóveis (IMI), resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos, é obrigatoriamente utilizado na redução do endividamento de médio e longo prazo e ou, pagamento de dívidas a fornecedores registadas no SIIL a 31 de agosto de 2013.

Como se pode verificar o município cumpriu também esta imposição da LOE para o ano de 2014.

702
9.3
rões
A

1. Pagamento de dívidas a fornecedores

Unidade: Euros			
<i>Dívidas vencidas há mais de 90 dias a 31/08/2013</i> (1)	<i>Aumento da receita do IMI resultante do processo de avaliação</i> (2)	<i>Dívidas vencidas há mais de 90 dias a 31/12/2014</i> (3)	<i>Redução das dívidas vencidas há mais de 90 dias em 2014</i> (4) = (3) – (1)
496.025	361.397	0	-496.025

2. Redução de endividamento de médio e longo prazo

Unidade: Euros			
<i>Endividamento de médio e longo prazo a 31/12/2013</i> (1)	<i>Aumento da receita do IMI resultante do processo de avaliação</i> (2)	<i>Endividamento de médio e longo prazo a 31/12/2014</i> (3)	<i>Redução do endividamento de médio e longo prazo a 31/12/2014</i> (4) = (3) – (1)
6.504.976	361.397	5.780.191	-724.785

Como se pode verificar em ambos os indicadores se ultrapassou a imposição da LOE, quer na redução da dívida vencida há mais de 90 dias, bem como a redução do endividamento de médio e longo prazo que ultrapassou em muito o valor do aumento da receita do IMI resultante do processo de avaliação.

3.4.4 – Análise ao Plano de Ajustamento Financeiro (PAEL)

A Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto e a Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro criou o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), com o objetivo de proceder à regularização de pagamentos de dívidas dos municípios a fornecedoras vencidas há mais de 90 dias registadas no SIAL à data de 31 de março de 2012.

A referida lei estabeleceu um regime excecional e transitório de concessão de crédito, permitindo a execução de um plano de ajustamento financeiro municipal para a concretização de um cenário de equilíbrio financeiro e para a regularização do pagamento de dívidas dos municípios.

Este município aderiu ao PAEL, elaborou e aprovou um plano de ajustamento financeiro, conseguindo para o efeito um financiamento de 2.469.209,63€.

Embora o PAEL tenha sido contratualizado no ano de 2012, os feitos práticos quer na utilização do referido empréstimo, quer na implementação das medidas previstas no respetivo plano de ajustamento financeiro tiveram apenas início em 2013, com continuidade no ano 2014.

Em seguida apresenta-se mapas de acompanhamento ao PAEL.

QI - Síntese da situação financeira

Descrição	Valores estimados PAF	Valores Apurados 2014 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação
	2014			
A1. Saldo inicial (de operações orçamentais)	21.220,32	3.232,02	-17.988,30	
A2. Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	257,38	257,38	
A3. Receita efetiva	13.897.538,40	13.592.753,99	-304.784,41	
A3.1. Receita corrente	11.427.920,40	12.064.381,32	636.460,92	Alteração de 60º e p/90º da nomenclologia das receitas do FTEF
A3.2. Receita capital (s/ ativos e passivos financ.) ... de qual	2.469.618,00	1.528.372,67	-941.245,33	
A3.2.1. Venda de bens de investimento	0,00	1.050,00	1.050,00	
A4. Despesa efetiva	13.192.117,89	12.840.425,65	-351.692,24	
A4.1. Correntes ... de qual	9.822.617,89	9.361.230,58	-461.387,31	
A4.1.1. Juros	330.683,07	200.764,15	-129.918,92	
a. Resultantes do PAEI.	101.582,99	56.896,53	-44.686,46	
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	79.100,08	64.837,15	-14.262,93	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	150.000,00	79.030,47	-70.969,53	
A4.1.2. Despesas com pessoal	3.577.095,32	3.994.259,27	417.163,95	Alteração das reduções remuneratórias e aumento da comparticipação para a CGA de 15º para 23,75º
A4.2. Despesas de capital (s/ ativos e passivos financ.)	3.369.500,00	3.479.195,07	109.695,07	
A5. Saldo global	705.420,51	752.328,34	46.907,83	
A5.1. Saldo corrente	1.605.302,51	2.703.150,74	1.097.848,23	
A5.2. Saldo de capital	-899.882,00	-1.950.822,40	-1.050.940,40	
A6. Saldo primário	1.036.103,58	953.092,49	-83.011,09	
A7. Ativos financeiros líquidos amortizações	0,00	-7.000,00	-7.000,00	
A7.1. Receitas de ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	
A7.2. Despesas de ativos financeiros	0,00	7.000,00	7.000,00	
A8. Passivos financeiros líquidos amortizações	-702.898,90	-724.785,12	-21.886,22	
A8.1. Receitas de passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	
A8.2. Despesas de passivos financeiros	702.898,90	724.785,12	21.886,22	
a. Resultantes do PAEI.	149.122,69	178.331,80	29.209,11	
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	553.776,21	546.453,32	-7.322,89	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	
A9. Receita total	13.897.538,40	13.593.011,37	-304.527,03	
A10. Despesa total	13.895.016,79	13.572.210,77	-322.806,02	
A11. Saldo para a gerência seguinte	23.741,93	24.032,62	290,69	
A12. Serviço da dívida	1.033.581,97	925.549,27	-108.032,70	
A13. Endividamento total	7.905.806,85	8.114.740,53	208.933,68	
A13.1. Bancário	5.983.300,37	5.780.190,65	-203.109,72	
A13.1.1. Médio e longo prazo	5.983.300,37	5.780.190,65	-203.109,72	
a. Resultante do PAEI.	2.366.496,75	2.139.981,69	-226.515,06	
b. Outro endividamento bancário de médio e longo prazo c)	3.616.803,62	3.640.208,96	23.405,34	
A13.1.2. Curto prazo	0,00	0,00	0,00	
A13.2. Fornecedores	1.228.939,92	514.388,64	-714.551,28	
A13.3. Outra dívida a terceiros não financeira	693.566,56	1.820.161,24	1.126.594,68	
A14. Prazo médio de pagamento (nº dias)	15	35	20,00	

c) Corresponde à conta 2312 (incluindo designadamente os empréstimos do II IRU/INI)

QII - Medidas propostas no plano de ajustamento financeiro

Descrição das medidas	Data início prevista para os efeitos da aplicação da medida	2011 Valores apurados (ordem alfabética)	Quantificação do impacto financeiro previsto resultante da aplicação da medida		Valores executados		Justificação da implementação da medida (ata de reunião, edital, despacho, ...)	Quantificação dos impactos da medida
			2014		2014			
			Valor ano	% Impacto e nos custos 2014/11	Valor ano	% Impacto e nos custos 2014/11		
B.1 Aumento da receita								
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários	01/01/2011	916.775,69	486.029,24	53%	231.591,01	232.418,09	Deliberações de 09/12/2011, 10/12/2011 e 10/12/2011	Apesar de terem sido aplicadas todas as medidas na receita propostas no PAEL, a recessão económica e financeira está a ser mais necessária do que o previsto aquando a elaboração do plano de ajustamento financeiro
2. Omissão e racionalização das taxas criadas pelo município	01/01/2011	535.092,03	176.664,04	33%	-16.418,12	193.078,36		
3. Outras medidas com impacto no aumento da receita								
3.1. <i>Abolição Geral de Impostos - Imposto Municipal II (IMI)</i>	01/01/2011	1221.670,41	1.106.509,99	90%	998.402,01	178.107,88	Deliberação de 28/10/2011	Os valores previstos pela Comissão de Avaliação do IMI ficaram aquém do valor efectivamente recebido
3.2. <i>Adaptação do Rendimento de Exceção Municipal</i>								
... <i>de diminuir a taxa média numa taxa</i>								
Total Aumento de receita (B.1)		2.465.630,13	1.799.203,28	67%	1.175.578,95	623.624,33		
B.2 Redução da despesa								
4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com anuidades que tenham impacto directo na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais	01/01/2011	5.801.846,42	394.045,00	7%	1.757.680,24	-416.165,24		
5. Outras medidas com impacto na redução da despesa								
5.1. Redução de despesas de funcionamento através da agregação de necessidades								
5.2. Redução de Subsídios e Transferências para terceiros	01/01/2011	119.200,00	22.172,15	18%	-18.156,76	16.729,01		
Ação Social Local	01/01/2011	10.282,57	11.500,00	112%	8.132,28	-1924,28		
Actividade no âmbito do apoio à Juventude	01/01/2011	28.000,00	28.000,00	100%	20.241,57	7.758,43		
Comparticipação de custos com Associações de Municípios	01/01/2011	83.177,14	78.177,14	94%	83.177,14	-5.000,00		
Actividades desportivas, recreativas e culturais	01/01/2011	150.000,00	40.000,00	27%	19.457,60	532,40		
Redução do valor do contrato de gestão do Centro de Juventude	01/01/2011	71.000,00	15.700,00	22%	71.000,00	-15.700,00		
Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)		6.316.906,13	612.794,49	10%	1.974.824,87	-1.361.229,58		
B.3 Outras medidas								
6. <i>Informação referente a criação de novas medidas que se encontram a desenvolver</i>								
7. <i>Informação referente a possíveis reduções e extinguições previstas, em resultado das quais se pode atingir o impacto planeado para o município</i>								
8. Outras medidas b)								
... <i>de diminuir a taxa média numa taxa</i>								
Total aumento receita / poupança gerada pelas outras medidas (B.3)		0,00						
Total impacto esperado (B.1+B.2+B.3)		2.411.997,77	3.149.683,02	13%	3.149.683,02	-737.685,25		

96

QIII - Evolução previsional da receita e da despesa

Descrição	Valores candidatura	Valores Executados 2014	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
	Valores estimados P.O.F. 2014			
Receitas correntes	11.427.920,40	12.064.381,32	-636.460,92	
Impostos directos	3.233.752,06	2.965.308,11	268.443,95	
IMI	2.360.180,40	2.182.072,52	178.107,88	
IMI	400.000,00	323.617,28	76.382,72	
Derrama	0,00	0,00	0,00	
Outros	473.571,66	459.618,31	13.953,35	
Impostos indirectos	196.964,35	109.513,38	87.450,97	
Taxas, multas e outras penalidades	504.891,72	399.264,33	105.627,39	
Taxas	469.659,61	361.658,26	108.001,35	
Multas	35.232,11	37.606,07	-2.373,96	
Rendimentos da propriedade	657.018,29	592.342,58	64.675,71	
Transferências correntes	5.428.789,00	6.824.752,68	-1.395.963,68	
Venda de bens e serviços correntes	1.402.804,94	1.150.366,85	252.438,09	
Venda de bens	601.242,30	521.764,69	79.477,61	
Serviços	779.765,64	607.754,28	172.011,36	
Rendas	21.797,00	20.847,88	949,12	
Outras receitas correntes	3.700,00	22.833,39	-19.133,35	
Receitas de capital	2.469.618,00	1.528.372,67	941.245,33	
Venda de bens de investimento	0,00	1.050,00	-1.050,00	
Terrenos	0,00	1.050,00	-1.050,00	
Habitções	0,00	0,00	0,00	
Edifícios	0,00	0,00	0,00	
Outros bens de investimento	0,00	0,00	0,00	
Transferências de capital	2.459.618,00	1.527.322,67	932.295,33	
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	2.459.618,00	595.489,00	1.864.129,00	
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	
Outras receitas de capital	10.000,00	0,00	10.000,00	
Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	257,38	-257,38	
Total receita	13.897.538,40	13.593.011,37	304.527,03	
Receitas correntes	11.427.920,40	12.064.381,32	-636.460,92	
Receitas de capital	2.469.618,00	1.528.372,67	941.245,33	
Despesas correntes	9.822.617,89	9.361.230,58	461.387,31	
Despesas com o pessoal	3.577.095,32	3.994.259,27	-417.163,95	
Remunerações certas e permanentes	2.823.658,32	3.052.188,01	-228.529,69	
Abonos variáveis ou eventuais	36.167,00	53.858,46	-17.691,46	
Segurança social	717.270,00	888.212,80	-170.942,80	
Aquisição de bens e serviços	4.304.139,50	3.830.473,67	473.665,83	
Aquisição de bens	1.075.000,00	1.047.589,28	27.410,72	
Aquisição de serviços	3.229.139,50	2.782.884,39	446.255,11	
Juros e outros encargos	330.683,07	201.634,15	129.048,92	
Resultantes do PAEL	101.582,99	56.896,53	44.686,46	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	79.100,08	65.707,15	13.392,93	
Resultantes de endividamento de curto prazo	150.000,00	79.030,47	70.969,53	
Transferências correntes	1.380.000,00	1.254.109,68	125.890,32	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	
Freguesias	525.000,00	377.585,46	147.414,54	

Handwritten marks:
A large blue checkmark and the number '12' are visible in the top right corner.
Below them, there are several handwritten initials and symbols, including what appears to be 'd' and 'f'.

Associações de municípios	5.000,00	45.164,40	-40.164,40
Instituições sem fins lucrativos	720.000,00	638.965,55	81.034,45
Famílias	100.000,00	168.138,61	-68.138,61
Outras	30.000,00	24.255,66	5.744,34
Subsídios	175.700,00	34.560,12	141.139,88
Empresas públicas municipais e intermunicipais	135.700,00	0,00	135.700,00
Famílias	40.000,00	34.560,12	5.439,88
Outros	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	55.000,00	46.193,69	8.806,31
Despesas de capital	4.072.398,90	4.210.980,19	-138.581,29
Aquisição de bens de capital	3.069.500,00	2.102.095,41	967.404,59
Investimentos	734.000,00	1.248.148,09	-514.148,09
Terrenos	0,00	76.000,00	-76.000,00
Habitacões	5.000,00	0,00	5.000,00
Edifícios	262.000,00	809.371,12	-547.371,12
Construções diversas	160.000,00	78.627,68	81.372,32
Outros	307.000,00	284.149,29	22.850,71
Locação financeira	37.100,00	39.569,04	-2.469,04
Bens de domínio público	2.298.400,00	814.378,28	1.484.021,72
Transferências de capital	300.000,00	1.377.099,66	-1.077.099,66
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00
Freguesias	250.000,00	1.179.921,50	-929.921,50
Associações de municípios	0,00	16.485,16	-16.485,16
Instituições sem fins lucrativos	40.000,00	171.718,00	-131.718,00
Famílias	10.000,00	8.975,00	1.025,00
Outras	0,00	0,00	0,00
Activos financeiros	0,00	7.000,00	-7.000,00
Passivos financeiros	702.898,90	724.785,12	-21.886,22
Resultantes do PAEL	149.122,69	178.331,80	-29.209,11
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	553.776,21	546.453,32	7.322,89
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00
Total despesa	13.895.016,79	13.572.210,77	322.806,02
Despesa corrente	9.822.617,89	9.361.230,58	461.387,31
Despesa de capital	4.072.398,90	4.210.980,19	-138.581,29
Saldo (Receita - Despesa)	2.521,61	20.800,60	-18.278,99

QIV - Mapa previsional da evolução dívida por curto e médio e longo prazo e do serviço da dívida de empréstimos de médio e longo prazo

Descrição	Valores candidatura		Valores Executados 2014	Desvio	Observação / Justificação
	2014				
Dívida de Curto prazo	2.510.229		2.158.635	-371.594	
Empréstimos de CP	0		0	0	
Empréstimos de MLP - Valor exigível a CP	587.722		646.054	18.332	
Outra	1.922.506		1.532.581	-389.925	
Fornecedores e/c	717.157		262.619	-454.737	
Fornecedores de imobilizado e/c	511.583		251.769	-259.814	
Estado e Outros Entes Públicos	88.614		103.682	15.068	
Clientes, contribuintes e utentes	14.034		30.785	16.752	
Administração autárquica	0		178.726	178.726	
Outros credores	590.919		704.999	114.080	Incluído o valor de 106.464€ referente à comparticipação do FAM para o ano 2015
Subtotal Curto prazo	2.510.229		2.158.635	-371.594	
Dívida de Médio e longo prazo	5.395.578		5.976.106	580.528	
Empréstimos	5.395.578		5.174.137	-221.441	
No âmbito do PAE/L	2.211.066		1.961.650	-249.417	
Outros empréstimos de médio/longo prazo	3.184.512		3.212.487	27.975	
Outra	0		801.969	801.969	
Fornecedores e/c	0		0	0	
Fornecedores de imobilizado e/c	0		0	0	
Estado e Outros Entes Públicos	0		0	0	
Clientes, contribuintes e utentes	0		0	0	
Administração autárquica	0		7.000	7.000	
Outros credores	0		794.969	794.969	Incluído o valor de 638.780€ referente à comparticipação do FAM para os anos 2016 a 2021
Subtotal Médio e longo prazo	5.395.578		5.976.106	580.528	
Total da dívida	7.905.807		8.114.741	208.934	
Dívida referente a operações de tesouraria e, se refletidas patrimonialmente, a cações e garantias prestadas por terceiros	420.883		502.030	81.147	Verifica-se uma redução efetiva da dívida efetiva na ordem dos 617 mil euros, não obstante a subscrição ao FAM no valor de 745 mil euros apenas ocorrer de 2015 a 2021, uma vez que o montante nos foi comunicado em 2014, temos de o refletir como passivo da autarquia.
Total da dívida de natureza orçamental	7.484.924		7.612.710	127.786	

Câmara Municipal da
Póvoa de Lanhoso

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP							
Descrição	Valores candidatura		2014		Desvio		Observação / Justificação
	2014		Valores Executados		Amortizações	Juros	
	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros			
SERVIÇO DA DÍVIDA EMLP					0	0	
No âmbito do PAEL	149.123	101.583	178.332	56.897	29.209	-44.686	
Outros empréstimos de médio/longo prazo	553.776	76.700	546.453	64.506	-7.323	-12.194	
Total	702.899	178.283	724.785	121.402	21.886	-56.881	

100

87

[Handwritten signatures and initials]

3.4.5 – Declarações de recebimentos e pagamentos em atraso e compromissos plurianuais (art.º 15 da Lei n.º 22/2015, de 17 de março)

Para efeitos do cumprimento do art.º 15, da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que alterou a Lei n.º 8/2012 (Lei dos Compromissos e pagamentos em atraso - LCPA), devem os dirigentes:

- Declarar todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro do ano anterior se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais;
- Identificar, em declaração emitida para o efeito e de forma individual, todos os pagamento e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior.

Define ainda o art.º17.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que para efeitos do cumprimento do art.º15º da LCPA, os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior, podem ser declarados de forma agregada quando se verifique uma das seguintes situações:

- Os pagamentos ou recebimentos tenham uma mesma natureza e o seu valor individualmente considerado seja inferior a 5.000 euros;
- O devedor ou credor seja uma pessoa individual.

Compromissos Plurianuais

O Município tem registado na sua base de dados da contabilidade todos os compromissos plurianuais, que perfazem o valor de 9,468 milhões de euros. Ainda não foi disponibilizada pela DGAL uma base de dados que permitisse este registo, pelo que consequentemente a nível central não foi possível este registo.

Recebimentos e Pagamentos em atraso há mais de 90 dias

Cumprindo a legislação em vigor, é divulgado em declaração anexa a este documento, os recebimentos e pagamentos em atraso.

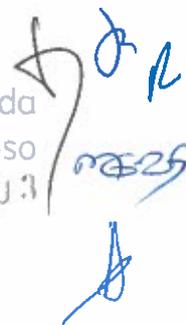
Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '102' and a signature.

Recebimentos em atraso

Designação	Unidade: Euros
	31 de dezembro de 2014
Conta 21 – Clientes, Contribuintes e Utentes	319.811
Conta 26 – Outros Devedores e Credores	6.185
Total	325.996

Pagamentos em atraso

O Município não apresenta a 31 de dezembro de 2014 pagamentos em atraso há mais de 90 dias.



IV – DESEMPENHO ECONÓMICO- FINANCEIRO

IV – DESEMPENHO ECONÓMICO – FINANCEIRO

4.1 – Análise ao Balanço

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no POCAL, espelhando a situação patrimonial da autarquia a 31 de dezembro de 2014.

Estrutura Patrimonial

Unidade: Euros

Descrição	2014	2013	Descrição	2014	2013
Imobilizado	44.007.041	43.493.385	Património	22.536.832	21.116.546
Existências	143.798	159.747	Ajustamentos partes de Capital em Empresas	744.768	791.259
Dívidas de terceiros – MLP	5.717		Reservas	1.342.096	1.274.820
Dívidas de terceiros – CP	896.437	622.186	Doações	200.000	20.000
Disponibilidades	526.063	719.989	Resultados Transitados		
Acréscimos e Diferimentos	2.472.070	2.576.060	Resultado Líquido Exercício	-683.148	1.345.524
Ativo	48.051.125	47.571.366	Fundos Próprios	24.140.549	24.728.150
			Provisões para riscos e encargos	2.236.323	0
			Dívidas a terceiros – M L P	5.976.106	6.209.927
			Dívidas a terceiros – C P	2.138.635	3.504.701
			Acréscimos e Diferimentos	13.559.513	13.128.588
			Passivo	23.910.576	22.843.216

O valor líquido do total do ativo sofreu um acréscimo de aproximadamente 480 mil euros em comparação a 2013. Este aumento deve-se essencialmente a um acréscimo do imobilizado, justificado pela subscrição de obrigações e títulos de participação, designadamente o FAM (Fundo de Apoio Municipal) e pelo aumento das dívidas de terceiros. As demais rubricas tais como as existências, disponibilidades e acréscimos e diferimentos, verifica-se um decréscimo comparativamente ao ano anterior.

Os fundos próprios sofreram uma redução que se justifica essencialmente pelo resultado líquido do exercício.

De destacar a redução das dívidas a terceiros de médio longo e curto prazo no valor de 1,6 milhões de euros (excluindo o FAM a redução efetiva foi de 2,345 milhões de euros), no entanto registam-se provisões para riscos e encargos no valor de 2,2 milhões de euros. Os acréscimos de custos que incorporam os custos do exercício a liquidar em exercício futuros, em obediência ao princípio da especialização, registam um ligeiro acréscimo de 6 mil euros. Nos proveitos diferidos regista-se um acréscimo na ordem dos 425 mil euros.

Indicadores do Balanço

Indicadores do Balanço	2014	2013
Estrutura do Ativo		
Ativo fixo/Ativo total	91,6%	91,4%
Ativo circulante/Ativo total	8,4%	8,6%
Ativo fixo/Ativo circulante	1088,2%	1066,5%
Estrutura do Passivo		
Passivo longo prazo/Passivo	73,6%	63,9%
Passivo curto prazo/Passivo	26,4%	36,1%
Passivo longo prazo/Passivo curto prazo	279,4%	177,2%
Índice de Liquidez imediata		
Disponibilidades/Exigível a curto prazo	24,6%	20,5%
Índice de Liquidez geral		
Ativo circulante /Exigível a curto prazo	189,1%	116,4%
Índice de Liquidez Reduzida		
Ativo circulante - existências/Exigível a curto prazo	48,1%	40,3%

Embora estes indicadores sejam usualmente utilizados como determinantes para apreciação da capacidade de endividamento e possam ser sinais da forma como evoluiu a situação financeira da autarquia, não podem efetivamente ser lidos como medida da capacidade de endividamento da autarquia. Os recursos próprios da autarquia dificilmente serão garantia de endividamento perante terceiros, pois os bens que sustentam não podem, em grande parte, ser hipotecados nem alienados, visto tratarem-se de bens de domínio público ou bens privados do município necessários à prestação de utilidades públicas.

Os indicadores relativamente ao passivo exigível evidenciam uma evolução positiva, em que o peso do passivo a médio e longo prazo aumentou face ao passivo total e ao passivo de curto prazo.

O valor das disponibilidades e o ativo circulante também se verifica um aumento muito significativo face ao ano anterior.

Destaca-se uma melhoria muito significativa dos índices de liquidez, comparativamente ao exercício anterior.

4.2 – Análise da Demonstração de Resultados

No que respeita à atividade desenvolvida ao longo do exercício económico, verificou-se um total de custos no montante de 14,455 milhões de euros e de proveitos no valor de 13,771 milhões de euros.

Desta situação resultou um resultado líquido negativo de 683 mil euros, que se reflete:

Atividade	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
Custos e Perdas				
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas	935.322,83	6,5	825.291,75	6,7
Fornecimentos e serviços externos	3.145.849,88	21,8	3.051.922,96	24,6
Custos com o pessoal	3.687.870,06	25,5	3.653.879,37	29,5
Transf. Subsídios correntes concedidos e prest. Sociais	1.233.740,04	8,5	1.074.530,63	8,7
Amortizações do exercício	2.365.745,01	16,4	2.366.445,30	19,1
Provisões do exercício	2.280.079,60	15,8	67.996,31	0,5
Custos operacionais	1.296,78	0,0	1.115,39	0,0
Custos e perdas financeiros	145.160,63	1,0	220.291,24	1,8
Custos e perdas extraordinários	659.551,69	4,6	1.125.899,20	9,1
Total	14.454.616,52	100,0	12.387.372,15	100
Proveitos e ganhos				
Vendas e prestações de serviços	1.352.027,06	9,8	1.275.261,78	9,3
Impostos e taxas	3.261.576,70	23,7	3.101.965,29	22,6
Transferências e subsídios obtidos	7.325.970,96	53,2	7.789.964,12	56,7
Proveitos e ganhos financeiros	650.265,56	4,7	777.469,25	5,7
Trabalhos para a própria entidade	43.054,96	0,3		0,0
Proveitos e ganhos extraordinários	1.138.573,52	8,3	788.235,83	5,7
Total	13.771.468,76	100,0	13.732.896,27	100,0
Resultado Líquido do Exercício	-683.147,76		1.345.524,12	

Da análise de estrutura permite-nos concluir que, em termos de custos, se verificou um aumento de 2,067 milhões euros, e nos proveitos de 38,6 mil euros, o que contribuiu para uma diminuição drástica do resultado líquido do exercício.

Nos custos, o maior peso concentra-se nos custos de pessoal (25,5%), em termos percentuais verifica-se um decréscimo no cômputo dos custos totais.

Os custos de fornecimento e serviços externos, com 21,8% apresenta-se o segundo com maior peso.

5.0
R
REBZ
A

No que concerne ao custo que maior aumento sofreu comparativamente ao ano anterior, foram as provisões do exercício que tiveram um aumento de 2,2 milhões, tendo sido a componente que mais contribuiu para o aumento dos custos, tendo passado no peso total dos custos de 0,5% para 15,8%, o que contribuiu para este resultado do exercício.

Este acréscimo justifica-se pela provisão de processos em contencioso.

Verifica-se pela positiva um decréscimo nos custos e perdas financeiros de 75 mil euros (-34%) e nos custos e perdas extraordinários uma redução em termos globais de 466 mil euros.

Relativamente aos proveitos, verifica-se no cômputo geral que continuam a ser as transferências e subsídios obtidos que maior peso têm (53%), o que permite concluir que os recursos da Autarquia estão fortemente dependentes de recursos externos, não apresentado assim, grande capacidade de auto financiamento. Não obstante os valores em causa, sofreu uma redução na ordem dos 464 mil euros relativamente a 2013.

A componente dos impostos sofreu aumento (+ 160 mil euros) justificado pelo aumento da receita de imposto municipal sobre imóveis e imposto único de circulação, compensado a quebra da receita no imposto de transmissão onerosas de imóveis.

Verifica-se um ligeiro aumento de 77 mil euros (+6%) nas vendas de bens e prestação de serviços, em comparação ao ano anterior.

Nos proveitos e ganhos financeiros verifica-se um decréscimo de 16% (-127 mil euros), em contrapartida destaca-se um aumento de 350 mil euros nos proveitos e ganhos extraordinários, justificado essencialmente pelas correção de IMI previsto em 2013.

No cômputo geral, os proveitos foram ligeiramente superiores aos de 2013 (+ 38 mil euros), não sendo no entanto de todo suficiente para cobrir o aumento dos custos (aumento das provisões), resultando conseqüentemente num resultado líquido do exercício negativo.

by A
mes
d
/

4.3 – Proposta para a aplicação de Resultados

De conformidade com o preceituado no ponto 2.7.3 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 24 de Fevereiro, a aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo. Registando-se em 2014 um resultado líquido negativo no montante de -683.147,76€, deverá o mesmo ser transferido para a conta **59 – Resultados Transitados**.

12
0
x

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



8.1. Caracterização da Entidade

8.1.1 - Identificação (designação, número de identificação fiscal, endereço, regime financeiro e outros elementos de identificação).

Designação: Município da Póvoa de Lanhoso

Endereço: Av. da República, 4830-513 Póvoa de Lanhoso

Telefone/ Fax: 253 639 700/253 639 709

Email: geral@mun-planhoso.pt

NIF: 506 632 920

Número de Eleitores: Entre 10.000 e 40.000

Regime Financeiro: Regime completo do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54 - A/99 de 22 de Fevereiro.

8.1.2 - Legislação (constituição, orgânica e funcionamento, quando aplicável).

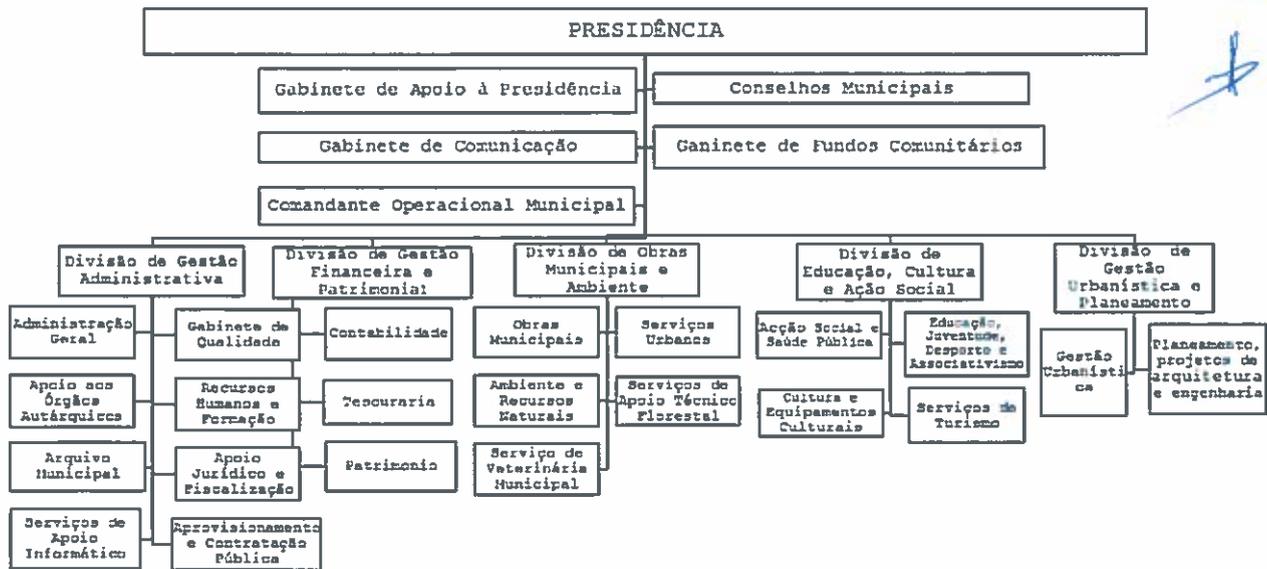
A estrutura organizacional e funcional do Município da Póvoa de Lanhoso é a que consta do despacho nº 19355/2010, publicado no Diário da República nº 252, II Série de 30/12/2010, páginas 63436 a 63445.

A Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias.

8.1.3 - Estrutura organizacional efetiva (organograma e, quando aplicável, a indicação dos órgãos de natureza consultiva e de fiscalização).

O organograma da Câmara Municipal apresenta-se da forma que segue:

Handwritten notes and signatures:
d
r
r
r
r
r



As contas do Município são certificadas pela Sociedade Amindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados, SROC.

O Município da Póvoa de Lanhoso não tem Serviços Municipalizados.

O Município da Póvoa de Lanhoso detém a empresa Municipal "EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, Lda."

O número médio de funcionários durante o exercício de 2014 e 2013 foi de 180 e 185, respetivamente.

À data de 31.12.2014 o Município da Póvoa de Lanhoso registava ao seu serviço, 183 pessoas das quais, 183 funcionários integravam o quadro do pessoal (180 com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e 3 em comissão de serviço).

8.1.4 - Descrição sumária das atividades.

As atividades ou ações do Município, concretizadas no ano 2014, encontram-se descritas no Relatório de Gestão.

8.1.5 - Recursos humanos - identificação do presidente e demais membros do órgão executivo e, quando aplicável, dos responsáveis pela direção da entidade.

Os membros do Executivo Municipal e respetivos Pelouros do período 01/01/2014 a 31/12/2014:

Presidente da Câmara: Manuel José Torcato Soares Baptista

Vereador: Armando Ferreira Fernandes

Vereador: André Miguel Lopes Rodrigues

Vereador: Frederico de Oliveira Castro

Vereador: Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira

Vereador: Maria Lídia Guimarães do Vale

Em regime de permanência: 2

A meio tempo: 0

Restantes vereadores: 4

Os membros da Mesa da Assembleia Municipal do período 01/01/2014 a 31/12/2014:

Presidente: Amândio Manuel de Almeida e Silva Basto Oliveira

1º Secretário: Francisco Rui Xavier Ferreira

2º Secretário: José Miranda Gomes

8.1.6 - Organização contabilística:

Breve descrição das principais características do sistema informático utilizado/existente:

Na vertente informática, a Contabilidade autárquica é executada a partir do módulo de Gestão Financeira - POCAL, desenvolvido pela empresa MEDIDATA – Engenharia e Sistemas, S.A., com integração de 8 aplicações. As diversas aplicações estão integradas entre si, contribuindo para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

Todo o software corre em ambiente Windows a partir de Unix Sco OpenServer, recorrendo à tecnologia cliente/servidor e assenta essencialmente numa estrutura de base de dados Oracle.

Atualizado em permanência, o software está preparado para um funcionamento integrado, em tempo real e, em módulos independentes, disponibilizando exportações para Word, Excel e Access.

A Autarquia possui um contrato de Assistência/Consultoria com a empresa a fim de garantir permanentes atualizações e melhorias.



Contabilidade de Custos

A contabilidade de custos embora já implementada necessita ainda de aperfeiçoamento.

Demonstrações financeiras intervalares

Não foram elaboradas demonstrações financeiras intervalares.

É efetuada execução financeira mensal.

Existência ou não de descentralização contabilística e, em caso afirmativo, breve descrição do sistema utilizado e do modo de articulação com a contabilidade central.
Não existe descentralização contabilística.

8.1.7 - Outra informação considerada relevante.

Regulamentos internos e outros documentos informativos:

	Data de Aprovação	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Inventário		
Normas de Controlo Interno	2009/02/26	
Balanço Inicial		
Normas Regulamentos à Execução do Orçamento		

Ações Inspetivas:

	Anos de Incidência			
	2014	2013	2012	2011
Inspeção Geral de Finanças				
Inspeção Geral da Administração do Território				X

Documentos de Gestão:

	Data de Aprovação	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Grandes Opções do Plano	09/12/2013	14/12/2013
Orçamento	09/12/2013	14/12/2013
Doc. Prestação de Contas		
Outros		

Montante dos fundos recebidos em 2014:

	2014
Fundo de Equilíbrio Financeiro	5.954.890
Fundo Social Municipal	470.829

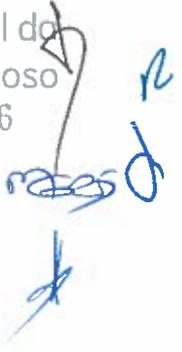
Participação no IRS	268.904
Soma	6.694.623

Pagamentos relativos a investimentos realizados em 2014: € 2.102.095

Pagamentos de investimento da gerência anterior: € 282.074

Quota parte das amortizações e encargos financeiros de empréstimos contraídos pela Associação de Municípios/Empresas Públicas Municipais Participadas:

Designação	Amortização	Encargos financeiros
Associação Nacional de Município Portugueses		
Centro de Criatividade, CRL		
EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, Lda.		
Braval – Tratamento e Valorização de Resíduos Urbanos Sólidos, S.A.		
Águas do Noroeste, S.A.		



Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

As notas que a seguir se apresentam, visam facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestação de contas exigidas no ponto 2 do POCAL, no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 54-A/99 e na resolução n.º 4/2001 e resolução n.º 6/2013 (alteração à resolução n.º 4/2001) do Tribunal de Contas. As notas não incluídas neste anexo não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras.

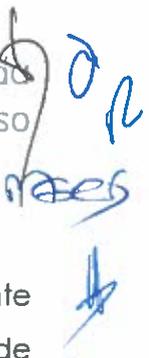
Princípios Orçamentais

Na elaboração e execução do orçamento das autarquias locais devem ser seguidos os seguintes princípios orçamentais:

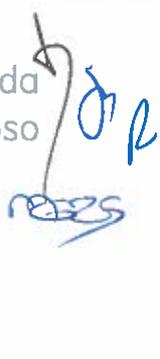
- a) Princípio da independência - a elaboração, aprovação e execução do orçamento das autarquias locais é independente do Orçamento do Estado;
- b) Princípio da anualidade - os montantes previstos no orçamento são anuais, coincidindo o ano económico com o ano civil;
- c) Princípio da unidade - o orçamento das autarquias locais é único;
- d) Princípio da universalidade - o orçamento compreende todas as despesas e receitas, inclusive as dos serviços municipalizados, em termos globais, devendo o orçamento destes serviços apresentar-se em anexo;
- e) Princípio do equilíbrio - o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes;
- f) Princípio da especificação - o orçamento discrimina suficientemente todas as despesas e receitas nele previstas;
- g) Princípio da não consignação - o produto de quaisquer receitas não pode ser afeto à cobertura de determinadas despesas, salvo quando essa afetação for permitida por lei;
- h) Princípio da não compensação - todas as despesas e receitas são inscritos pela sua importância integral, sem deduções de qualquer natureza.

Princípios contabilísticos

A aplicação dos princípios contabilísticos fundamentais a seguir formulados deve conduzir à obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados e da execução orçamental da entidade:



- a) Princípio da entidade contabilística - constitui entidade contabilística todo o ente público ou de direito privado que esteja obrigado a elaborar e apresentar contas de acordo com o presente Plano. Quando as estruturas organizativas e as necessidades de gestão e informação o requeiram, podem ser criadas sub entidades contabilísticas, desde que esteja devidamente assegurada a coordenação com o sistema central;
- b) Princípio da continuidade - considera-se que a entidade opera continuamente, com duração ilimitada;
- c) Princípio da consistência - considera-se que a entidade não altera as suas políticas contabilísticas de um exercício para o outro. Se o fizer e a alteração tiver efeitos materialmente relevantes, esta deve ser referida de acordo com o anexo às demonstrações financeiras (nota 8.2.1);
- d) Princípio da especialização (ou do acréscimo) - os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem;
- e) Princípio do custo histórico - os registos contabilísticos devem basear-se em custos de aquisição ou de produção;
- f) Princípio da prudência - significa que é possível integrar nas contas um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas em condições de incerteza sem, contudo, permitir a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas ou a deliberada quantificação de ativos e proveitos por defeito ou de passivos e custos por excesso;
- g) Princípio da materialidade - as demonstrações financeiras devem evidenciar todos os elementos que sejam relevantes e que possam afetar avaliações ou decisões dos órgãos das autarquias locais e dos interessados em geral;
- h) Princípio da não compensação - os elementos das rubricas do ativo e do passivo (balanço), dos custos e perdas e de proveitos e ganhos (demonstração de resultados) são apresentados em separado, não podendo ser compensados.



Critérios de valorimetria

Imobilizações

O ativo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, deve ser valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

Quando os respetivos elementos tiverem uma vida útil limitada ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas.

Considera-se como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

Quando se trate de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito deverá considerar-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens.

No caso de transferências de ativos entre entidades abrangidas pelo presente Plano ou por este e pelo POCP, o valor a atribuir será o valor constante nos registos contabilísticos da entidade de origem, desde que em conformidade com os critérios de valorimetria estabelecidos no presente Plano, salvo se existir valor diferente do fixado no diploma que autorizou a transferência ou, em alternativa, valor acordado entre as partes e sancionado pelos órgãos e entidades competentes.

Os bens de domínio público são incluídos no ativo imobilizado da autarquia local responsável pela sua administração ou controlo, estejam ou não afetos à sua atividade operacional.

As despesas de instalação, bem como as de investigação e de desenvolvimento, devem ser amortizadas no prazo máximo de cinco anos.

Nos casos em que os investimentos financeiros, relativamente a cada um dos seus elementos específicos, tiverem, à data do balanço, um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objeto da correspondente redução, através da conta apropriada.

Esta não deve subsistir logo que deixe de se verificar a situação indicada.



Quando à data do balanço os elementos do ativo imobilizado corpóreo e incorpóreo, seja ou não limitada a sua vida útil, tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, devem ser objeto de amortização correspondente à diferença, se for de prever que a redução desse valor seja permanente. Aquela amortização extraordinária não deve ser mantida se deixarem de existir os motivos que a originaram.

Como regra geral, os bens de imobilizado não são suscetíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que a autorizem e que definam os respetivos critérios de valorização.

Sem prejuízo do princípio geral de atribuição dos juros suportados aos resultados do exercício, quando os financiamentos se destinarem a imobilizações, os respetivos custos poderão ser imputados à compra e produção das mesmas, durante o período em que elas estiverem em curso, desde que isso se considere mais adequado e se mostre consistente.

Se a construção for por partes isoláveis, logo que cada parte estiver completa e em condições de ser utilizada cessará a imputação dos juros a ela inerentes.

O balanço inicial ainda não foi aprovado, uma vez que o património do município ainda não foi inventariado, avaliado e conseqüentemente aprovado pela Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no ponto 4.1 do POCAL.

Desta forma o Imobilizado apresentado apenas reflete os movimentos contabilísticos desde a implementação do POCAL em 2002. Conseqüentemente as amortizações apenas dizem respeito ao património que se encontra devidamente contabilizado, não refletindo assim a realidade do ativo fixo do município.

Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção, sem prejuízo das exceções adiante consideradas.

O custo de aquisição e o custo de produção das existências devem ser determinados de acordo com as definições adotadas para o imobilizado.

Se o custo de aquisição ou o custo de produção for superior ao preço de mercado, será este o utilizado.

Quando na data do balanço haja obsolescência, deterioração física parcial, quebra de preços, bem como outros fatores análogos, deverá ser utilizado o critério referido no ponto anterior.

Entende-se como preço de mercado o custo de reposição ou o valor realizável líquido, conforme se trate de bens adquiridos para a produção ou de bens para venda.

Nas atividades de carácter plurianual, designadamente construção de estradas, barragens e pontes, os produtos e trabalhos em curso podem ser valorizados, no fim do exercício, pelo método da percentagem de acabamento ou, alternativamente, mediante a manutenção dos respetivos custos até ao acabamento.

A percentagem de acabamento de uma obra corresponde ao seu nível de execução global e é dada pela relação entre o total dos custos incorridos e a soma deste com os estimados para completar a sua execução.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

À semelhança do que acontece com as outras provisões, as que respeitem a riscos e encargos resultantes de dívidas de terceiros não devem ultrapassar as necessidades.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

As disponibilidades em moeda estrangeira são expressas no balanço ao câmbio em vigor na data a que ele se reporta.

As diferenças de câmbio apuradas na data de elaboração do balanço final do exercício são contabilizadas nas contas 685 "Custos e perdas financeiros - Diferenças de câmbio desfavoráveis" ou 785 "Proveitos e ganhos financeiros - Diferenças de câmbio favoráveis".

Os títulos negociáveis e as outras aplicações de tesouraria são expressos no balanço pelo seu custo de aquisição (preço de compra acrescido dos gastos de compras).

Se o custo de aquisição for superior ao preço de mercado será este o utilizado.

[Handwritten signature and initials]

Outras informações

Neste sentido as notas que se seguem visam complementar a análise e avaliação da gestão autárquica obtida no balanço e da demonstração de resultados.

O POCAL obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas de contabilidade: Orçamental, Patrimonial e de Custos.

A contabilidade de custos embora já implementada, esta a ser melhorada, pelo que se optou neste relatório ainda não se fazer a devida análise. No entanto os encargos com as funções exercidas são apurados em simultâneo através de outros meios, não sendo esperados desvios significativos nos encargos efetivamente suportados.

De referir que as notas ao balanço e demonstração de resultados que se seguem, são muito idênticas ao POC – Empresas, que obedecem às exigências da 4ª Diretiva da Comunidade Europeia. Para efeitos de normalização e conforme o ponto 2.4 do POCAL, é respeitado o número de ordem de cada anexo.

Todos os valores são apresentados em euros.

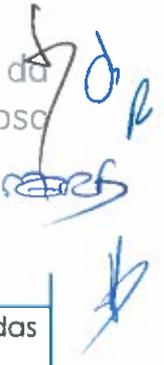
10/12
1525

8.2.1 – Derrogação das disposições do POCAL

Com exceção dos procedimentos estabelecidos quanto à aplicação de uma contabilidade de custos, cuja estrutura implementada no Município, embora em prática, carece de aperfeiçoamento substancial, não foi derogada qualquer disposição constante no POCAL, pelo que a informação contida nas demonstrações financeiras reflete a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira (apresentada no Balanço) do desempenho (apresentada na demonstração de resultados) e dos fluxos de caixa e operações orçamentais.

8.2.3 – Critérios contabilísticos e valorimétricos

Rubricas	Critérios Valorimétricos
Imobilizado	<ul style="list-style-type: none"> - Custo aquisição, acrescido de IVA, Bens adquiridos desde o ano 2002; - Valor de avaliação ou quando este não exista, o valor patrimonial tributário que resulta da avaliação efetuada pelo serviço de Finanças; - Bem de imobilizado obtido a título gratuito, dependendo do tipo de bens aplica-se o respetivo critério valorimétrico (terrenos — valor patrimonial; equipamentos — valor patrimonial; Edifícios e outras construções — valor avaliação ou patrimonial); - Investimentos financeiros — Custo de aquisição ou método de equivalência patrimonial consoante a participação sejam inferiores a 20% ou não.
Amortizações	<p>Método das quotas constantes.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Portaria n.º 378/94 de 16 Junho; - Portaria n.º 671/2000 de 17 de Abril — CIBE.
Existências	<ul style="list-style-type: none"> - As existências são valorizadas ao custo de aquisição (acrescido de IVA, quando não dedutível), incluindo as despesas incorridas até ao armazenamento.
Terceiros	<ul style="list-style-type: none"> - Valores expressos pelas importâncias constantes nos documentos que as titulam.
Acréscimos	<p>Acréscimo de Proveitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Rendas a receber; - Impostos diretos a receber — IMI , IMT e IUC; - Outros acréscimos de proveitos. <p>Acréscimo de Custos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Remunerações a liquidar; - Juros a liquidar; - Comparticipações a liquidar; - Protocolos e acordos a liquidar; - Encargos de cobrança a liquidar; - Outros acréscimos de custos.
Diferimentos	<p>Proveitos Diferidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Subsídios para investimentos – os proveitos são reconhecidos na medida em que se vai contabilizando a amortização dos investimentos. <p>Custos Diferidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Seguros; - Subsídios;



Provisões	- Outros custos diferidos. - As provisões foram calculadas tendo em conta o Princípio da Prudência e das disposições do POCAL.
------------------	---

8.2.6 – Contas 431 “Despesas de instalação” e 432 “Despesas de investigação e de desenvolvimento”

O saldo da conta 432 “Despesas de investigação e de desenvolvimento” referem-se a cartas de cartografia e a diversos planos municipais.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e ajustamentos (provisões)

Município da Póvoa de Lanhoso

Imobilizado Bruto em 31 dezembro de 2014

Unidade: Euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Transf. E Abates	Reclassificação	Saldo Final
De Bens de Domínio Público							
Terrenos e Recursos Naturais	460.360,19	0,00	0,00	0,00	0,00	-17.200,00	443.160,19
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Construções	34.835.992,44	0,00	236.739,12	0,00	552.955,21	-67.038,63	35.558.648,14
Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	491.112,97	0,00	2.268,40	0,00	0,00	0,00	493.381,37
Outros Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em Curso	0,00	0,00	552.955,21	0,00	-552.955,21	0,00	0,00
Adiantamentos por Conta de Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	35.787.465,60	0,00	791.962,73	0,00	0,00	-84.238,63	36.495.189,70
De Imobilizações Incorpóreas							
Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	50.466,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.466,00
Propriedade Industrial e Outros Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em Curso	163.228,72	0,00	30.713,10	0,00	0,00	0,00	193.941,82
Adiantamentos por Conta de Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	213.694,72	0,00	30.713,10	0,00	0,00	0,00	244.407,82
De Imobilizações Corpóreas							
Terrenos e Recursos Naturais	613.811,67	142.038,33	36.000,00	-1.050,00	0,00	17.200,00	808.000,00
Edifícios	16.944.521,60	0,00	1.617,31	0,00	419.903,90	0,00	17.366.042,81
Outras Construções	1.021.661,19	0,00	16.337,81	0,00	2.556,41	67.038,63	1.107.594,04
Equipamento Básico	2.416.725,13	0,00	75.817,26	0,00	0,00	0,00	2.492.542,39
Equipamento de Transporte	860.744,84	0,00	1.286,10	0,00	0,00	0,00	862.030,94
Ferramentas e Utensílios	78.643,85	0,00	9.314,96	0,00	0,00	0,00	87.958,81
Equipamento Administrativo	951.637,76	0,00	121.196,86	0,00	0,00	0,00	1.072.834,62
Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Imobilizações Corpóreas	378.390,82	0,00	4.994,37	0,00	0,00	0,00	383.385,19
Imobilizações em Curso	83.544,79	0,00	999.883,50	0,00	-470.578,06	0,00	612.850,23
Adiantamento por Conta de Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	23.349.681,65	142.038,33	1.266.448,17	-1.050,00	-48.117,75	84.238,63	24.793.239,03
De Investimentos Financeiros							
Partes de Capital	1.843.652,88	0,00	0,00	0,00	-46.608,07	0,00	1.797.044,81
Obrigações e Títulos de Participação	0,00	0,00	745.245,38	0,00	0,00	0,00	745.245,38
Investimento em Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras	8,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,36
Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamento por Conta de Investimentos Financeiros	20.725,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.725,00
Sub-total	1.864.386,24	0,00	745.245,38	0,00	-46.608,07	0,00	2.563.023,55
Total	61.215.228,21	142.038,33	2.834.369,38	-1.050,00	-94.725,82	0,00	64.095.860,10

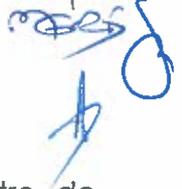
Amortizações e ajustamentos (Provisões)

As amortizações efetuadas no ano de 2014, em regime duodecimal, dando cumprimento ao artigo 35º da Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, pelas taxas vertidas no citado diploma, são as que se seguem

Município da Póvoa de Lanhoso**Amortizações em 31 dezembro de 2014**

Unidade: Euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Reclassificação	Saldo Final
De Bens de Domínio Público					
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Construções	12.409.617,92	1.754.991,29	1.048,77	-12.164,15	14.153.493,83
Bens do património histórico, artístico e cultural	140.327,19	24.391,90	0,35	0,00	164.719,44
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	12.549.945,11	1.779.383,19	1.049,12	-12.164,15	14.318.213,27
De Imobilizações Incorpóreas					
Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	30.333,35	6.797,40	0,00	0,00	37.130,75
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial e Outros Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	30.333,35	6.797,40	0,00	0,00	37.130,75
De Imobilizações Corpóreas					
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	1.283.179,73	225.994,33	0,32	0,00	1.509.174,38
Outras Construções	315.285,04	54.896,41	-0,01	12.164,15	382.345,59
Equipamento Básico	1.770.543,46	188.110,27	-275,25	0,00	1.958.378,48
Equipamento de Transporte	697.452,61	65.836,50	49,12	0,00	763.338,23
Ferramentas e Utensílios	63.158,31	8.931,62	0,50	0,00	72.090,43
Equipamento Administrativo	900.889,20	26.971,25	406,70	0,00	928.267,15
Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Imobilizações Corpóreas	111.056,82	8.824,04	0,16	0,00	119.881,02
Sub-total	5.141.565,17	579.564,42	181,54	12.164,15	5.733.475,28
De Investimentos Financeiros					
Partes de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e Títulos de Participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Aplicações Financeiras:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de Dívida Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	17.721.843,63	2.365.745,01	1.230,66	0,00	20.088.819,30



Seguros

Apesar do disposto no artigo 24.º do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património, nem todos os bens se encontram cobertos pelo seguro, estando nesta altura o Município a efetuar esta análise.

8.2.8. Desagregação dos valores dos mapas do Ativo Bruto e Amortizações e Provisões

Cada uma das rubricas dos mapas do ativo bruto, amortizações e provisões encontra-se desagregada de forma a evidenciar a informação legalmente exigível (Anexo documental I)

8.2.15 – Bens do domínio público que não são objeto de amortização

Os terrenos no valor de 443.160,19 € de acordo com as disposições legais constantes no CIBE, não são objeto de amortização.

8.2.16 – Entidades participadas

Entidades Societárias

Denominação	Cod. Jur.	Sede	Capital Social	Capital Próprio	Resultado do Exercício		Participação					Saldo 31/12/2014	%	
					Ano	Valor	Saldo inicial 01/01/2014	Aquisições	Alienações	Varição de Resultados	Varição de Capitais Próprios			
BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos	SA	Praça do Município – Ed. Câmara M. Braga Apartado 1040 4711-908 Braga	1.750.000,00	15.897.157,26	2014	83.177,15	73.500,00					73.500,00	4,20	
EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave	SQ	Av. Bombeiros Voluntários 4830-514 P. Lanhoso	19.951,92	705.565,46	2014	2.598,19	746.550,99				2.598,19	-43.583,72	705.565,46	100
Águas do Noroeste	SA	Lugar de Gaido, Barcelos 4755-045 Areias de Vilar	70.012.688,61	59.198.430,01	2014	-608.799,20	1.015.520,00						1.015.520,00	1,45
Centro de Criatividade	RC	Avenida da República, n.º 118 r/c 4830-513 P. Lanhoso	5.850,00	3.197,15	2014	-3.529,72	8.081,89				-2.715,17	-2.907,37	2.459,35	76,92
Fundo de Apoio Municipal	PUB	Rua Tenente Espanca, N.º 22 1050 - 223 Lisboa	650.000.000,00	-	2014	-	-	745.245,38					745.245,38	0,11
Total							1.843.652,88	745.245,38	0,00	-116,98	-46.491,09	2.542.290,19		

Entidades não Societárias

Entidade participada	Denominação	N.I.P.C	Tipo de entidade	CAE	Capital estatutário	Contribuição		Obs.
						2014	Forma de realização	
						Meios monetários	Em espécie	
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses		501627413	AM	94110		4.756,00		
Comunidade Intermunicipal do Ave (CIM do Ave)		508887780	AM	84130		13.659,22		
Turismo do Porto e Norte de Portugal		508905435	OQA	84123		1.500,00		
CIAB - Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo		505214504	Não Societária	94995	58.000,00	1.885,94		

8.2.18 – Outras aplicações financeiras

Natureza	Entidade	Qt	Valor Balanço
Obrigação – Dívida Pública Portuguesa	Junta Crédito Público	1	4,98
Certificado de Renda Perpétua	Junta Crédito Público	1	3,38
		Total	8,36

8.2.22 – Dívidas de cobrança duvidosa

O valor contabilizado na conta «Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa» ascende em 2014 a € 305.164,03.

8.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança

Município da Póvoa de Lanhoso

Ano 2014

CONTAS DE ORDEM

Unidade: Euros

	Saldo da gerência anterior		Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte	
	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
Garantias e Cauções	0,00	654.272,60	415.099,97	709.374,91	0,00	948.547,54
Garantias e Cauções prestadas:	0,00	654.272,60	0,00	709.374,91	0,00	948.547,54
Por fornecedores c/c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Por fornecedores de imobilizado	0,00	625.765,15	0,00	706.147,00	0,00	917.762,18
Por outros credores	0,00	28.507,45	0,00	3.227,91	0,00	30.785,36
Garantias e Cauções devolvidas:	0,00	0,00	415.099,97	0,00	0,00	0,00
A fornecedores c/c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	414.149,97	0,00	0,00	0,00
A outros credores	0,00	0,00	950,00	0,00	0,00	0,00
Garantias e Cauções acionadas:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A fornecedores c/c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A outros credores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recibos para cobrança	143.139,09	0,00	188.833,06	150.006,72	181.965,43	0,00
Recibos para cobrança anos anteriores	143.139,09	0,00	0,00	14.878,89	128.260,20	0,00
Recibos para cobrança ano corrente	0,00	0,00	188.833,06	135.127,83	53.705,23	0,00
Total	143.139,09	654.272,60	603.933,03	859.381,63	181.965,43	948.547,54

Ano 2014

Unidade: Euros

8.2.27 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas

Município da Póvoa de Lanhoso

Código das contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19	Provisões para aplicações tesouraria				
291	Provisões para cobrança duvidosas	284.886,14	43.756,82	18.378,93	310.264,03
292	Provisões para riscos e encargos	0,00	2.236.322,78	0,00	2.236.322,78
39	Provisões por deprec. de existências				
49	Provisões para investi. financeiros				
Total de Provisões		284.886,14	2.280.079,60	18.378,93	2.546.586,81

No exercício de 2014 o Município apresentou um saldo final em provisões de 2.546.587€.

Como se pode observar no quadro acima representado, as provisões apresentam um aumento na ordem dos 2,3 milhões de euros.

- **Provisões para cobrança duvidosa** sofreram um acréscimo de 8,9% e respeita essencialmente à conta de Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa.
- **Provisões para riscos e encargos**, sofreu um aumento de 2,2 milhões de euros, dada a identificação de um elevado risco de processos judiciais em curso, designadamente:
 1. Processo do Centro Educativo de Monsul – provisão de 1.723.812€;
 2. Processo n.º 52/10 por pedido de indemnização por reconhecimento de direito de propriedade, provisão de 21.000€
 3. Processo n.º429/13 por pedido de indemnização por enriquecimento sem causa, provisão de 294.721€;
 4. Processos de funcionários pela condenação à prática de atos administrativos (reclassificação profissional), provisão de 71.930€;
 5. Processo da AMAVE, participação de custos de funcionamento nos anos de 2013 e 2014, provisão de 124.860€.

O Município tem ainda em curso outros processos relativamente aos quais não constitui provisão, por não ser expectável o pagamento de qualquer encargo.



8.2.28 – Justificação dos movimentos ocorridos no exercício nas contas da classe “5 – Fundo Patrimonial”

Foi contabilizado na conta 51- “Património” o valor de 1.420.286€ por contrapartida das contas:

- “421 - Terrenos e recursos naturais”, referente à contabilização de terrenos que não se encontravam registados no património municipal, no valor de 142.038€;
- “59- Resultados transitados”, no valor de 1.278.248, conforme deliberação da Assembleia Municipal (aprovação de aplicação de resultados de 2013).

Foi contabilizado na conta 55 – “Ajustamento por partes de capital” o valor de (-) 46.491€ referente ao ajustamento do MEP das participações da EPAVE e Centro de Criatividade.

Na conta 57 – “Reservas legais” foi contabilizado o valor de 67.276€, conforme deliberação da Assembleia Municipal (aprovação de aplicação de resultados de 2013).

Handwritten signatures and initials in blue ink.

8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Município da Póvoa de Lanhoso

Ano 2014

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	0,00	159.746,60
Compras	440.848,93	459.150,63
Regularizações de existências	0,00	-19.374,64
Existências finais	0,00	143.797,97
Custos do exercício	440.848,93	494.473,90

As mercadorias consumidas dizem respeito à água que a Câmara Municipal adquire à Aguas do Noroeste e Agere, injetando-a na rede pública que é vendida aos clientes com contratos de água.

Os valores respeitantes às existências finais foram apurados através da realização de inventários físicos.

[Handwritten signatures and initials]

8.2.31 – Demonstração dos resultados financeiros

Município da Póvoa de Lanhoso

Demonstração dos Resultados Financeiros 2014

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2014	2013			2014	2013
681	Juros suportados	141.575,46	166.631,58	781	Juros obtidos	4.680,36	4.440,98
682	Perdas em entidades participadas	2.715,17	52.041,20	782	Ganhos em entidades participadas	2.598,19	
683	Amortizações de investimentos em imóveis			783	Rendimentos de imóveis	642.987,01	637.373,27
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participações de capital		
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
688	Outros custos e perdas	870,00	1.618,46	787	Ganhos na alienação de		
	Resultados financeiros	505.104,93	557.178,01	788	Outros proveitos e		135.655,00
		650.265,56	777.469,25	789	Reembolsos de juros	650.265,56	777.469,25

8.2.32 – Demonstração dos resultados extraordinários

Município da Póvoa de Lanhoso

Demonstração dos Resultados Extraordinários 2014

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Unidade: Euros Exercícios	
		2014	2013			2014	2013
691	Transferências de capital concedidas	516.469,41	708.299,32	791	Restituições de impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências			793	Ganhos em existências	50,31	
694	Perdas em imobilizações	51.882,70	338.959,57	794	Ganhos em imobilizações	22.874,97	59.537,80
695	Multas e Penalidades			795	Benefícios de penalidades contratuais	40.311,64	31.099,85
696	Aumentos de amortizações e de provisões			796	Reduções de amortizações e de provisões	18.378,93	41.219,26
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	91.199,58	72.367,61	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	443.214,88	35.324,99
698	Outros custos e perdas extraordinárias		6.272,70	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	613.742,79	621.053,93
	Resultados extraordinários	479.021,83	-337.663,37			1.138.573,52	788.235,83
		1.138.573,52	788.235,83				

8.2.33 – Outras informações relevantes

Acréscimos e diferimentos, constata-se que os mesmos resultam de montantes que efetivamente dizem respeito a proveitos/custos do ano seguinte.

Acréscimos de Proveitos

Unidade: Euros	
Natureza	Valor
Impostos Diretos	2.350.554
Rendas	6.053
Outros proveitos	5.958
Juros a receber	3
Total	2.362.568

No que concerne à receita prevista a receber do IMI, foi estimada com base no valor comunicado pela autoridade tributária para 2013, com a atualização do aumento previsto de 0,03% para 2014.

Custos Diferidos

O valor dos **custos diferidos** resultam de encargos que foram liquidados em 2014, mas que parte desse custo se reporta a exercícios económicos seguintes.

Unidade: Euros	
Natureza	Valor
Seguros	24.131
Protocolos c/freguesias	18.300
Protocolos de cooperação desportiva	47.250
Protocolos com Agrupamentos Escolares	12.573
Renda Aluguer Fotocopiadores – "Creditex"	1.347
Protocolos de cooperação com Instituições de interesse municipal	5.900
Total	109.502

Handwritten notes: "136", "meses", and an arrow pointing to the right.

Acréscimos de Custos

Relativamente aos **acréscimos de custos**, anota-se que os mesmos correspondem a encargos da autarquia referente a 2014, mas são liquidados no exercício económico seguinte.

Unidade: Euros	
Natureza	Valor
Juros de empréstimos a MLP	13.894
Subsídio de Férias e Férias	459.559
Outros – Impostos diretos	59.911
Outros – Custos diversos	86.336
Outros – Serviços executados no exercício, mas faturados em 2015	1.980
IRC de Juros	1
Total	621.682

Proveitos Diferidos

No que concerne a proveitos diferidos, é justificado pelo registo de transferências de investimentos provenientes, nomeadamente do QCA III e protocolos celebrados. Como ainda não se inclui o valor de imobilizado, não foi contabilizado igualmente o valor de Proveitos diferidos de anos anteriores, só se contabilizando os valores recebidos de 2002 a 2014.

Proveitos Diferidos e Amortização de Proveitos Diferidos

		Unidade: Euros		
Natureza		Valor financiado	Prov. Exerc. Ant.	Proveito 2014
2002	ON EIXO I E II DO QCA III	117.361,23	0,00	5.868,06
	ON EIXO III DO QCA III	9.015,77	0,00	450,79
	ON Rede de Saneamento entre a EM 593 Aldeia e S. Pedro	25.693,26	0,00	1.284,66
	ON Ponte sobre o Ribeiro queimado do Pontido no arruamento de ligação da Av. ao Campo da Feira e Rua. M ^o Fonte	162.077,76	0,00	8.103,89
	ON Construção de Passeios e arruamento de ligação da Av. Republica ao Campo da Feira e Rua M ^o Fonte	39.494,81	0,00	1.974,74

	LEADER	LEADER II	22.435,62	0,00	1.121,78
	OUTROS	Associação em Dialogo	16.256,28	0,00	203,20
	ON	Beneficiação do CM 1386 - Ligação Calvos/Frades	57.559,00	0,00	2.877,95
	ON	Beneficiação da EM 600 - Serzedelo	116.849,48	0,00	5.842,47
	ON	Pavimentação do CM 1376 - Igreja/Oliveira	53.828,81	0,00	2.691,44
	ON	Pavimentação do caminho de Redufe - St. Emilião	51.121,99	0,00	2.556,10
	ON	Pavimentação do caminho no lugar da Cachada - Aguas Santas	87.651,09	0,00	4.382,55
	ON	Rede de Saneamento na EM 597 entre Bagães e Vilarinho	195.937,03	0,00	9.796,85
	INH	Instituto Nacional de Habitação	133.243,88	0,00	1.665,55
	AC	Ministério da Cultura - Theatro	16.193,22	0,00	202,42
	AC	Edifício Paços do Concelho	24.939,90	0,00	311,75
	AC	Programa Rede Inst. Desportiva	4.987,98	0,00	62,35
		Total 2002	1.134.647,11	0,00	49.396,55
2003	URBCOM	Revitalização do Centro P. Lanhoso - Av. 25 de Abril	140.731,90	0,00	7.036,60
	ON	Construção de Passeios e arruamento de ligação da Av. Republica ao Campo da Feira e Rua Mª Fonte (retenção)	9.512,12	0,00	475,61
	AC	PITER - Aldeia Turística	17.927,54	0,00	896,38
	ON	Beneficiação do Caminho de ligação aos lugares da Igreja, Aldeia e Lameirão - Rendufinho	105.903,01	0,00	5.295,15
	ON	Execução da Rede de Saneamento e Abast. Agua na EM 594 - Galegos	68.255,26	0,00	3.412,76
		Total 2003	342.329,83	0,00	17.116,50
2004	ON	FSE - IIIQCA	2.657,14	0,00	132,86
	AGRIS	AGRIS Monte do Pilar	22.737,13	0,00	1.136,86
	ON	Beneficiação da EM 594 - Galegos	145.756,64	0,00	7.287,83
	AGRIS	Caminho do Monte	44.325,13	0,00	2.216,26
	INH	Instituto Nacional de Habitação	47.691,00	0,00	596,14
		Total 2004	263.167,04	0,00	11.369,95
2005	AGRIS	AGRIS Monte do Pilar	22.154,67	0,00	1.107,73
	AGRIS	AGRIS Envolvente Igreja Fontarcada	37.409,84	0,00	1.870,49
	AGRIS	AGRIS Caminho do Monte	16.579,27	0,00	828,96
	ON	Beneficiação da EM 594 - Galegos	50.349,68	0,00	2.517,48

	INAG	INAG - Agua e saneamento	87.110,80	0,00	4.355,54
	ON	ON - Rede de Agua e Saneamento - 3º F	98.994,10	0,00	4.949,71
	ON	ON - Rede de Agua e Saneamento - 4º F	285.586,03	0,00	14.279,30
	INTERREG	INTERREG III A - Vias Augustas	8.911,82	0,00	445,59
	ON	ON - Parque do Pontido - 2ª Fase	212.582,97	0,00	10.629,15
	ON	Execução da Rede de Saneamento e Abast. Agua na EM 602 da Vila (moinhos Novos) a Garfe	25.752,71	0,00	1.287,64
	ON	Execução da Rede de Saneamento e Abast. Agua na EM 602 da Vila (moinhos Novos) a Garfe	5.928,00	0,00	296,4
	ON	Execução da Rede de Saneamento e Abast. Agua na EM 602 da Vila (moinhos Novos) a Garfe	18.636,75	0,00	931,84
	ON	ON - Execução da Rede de Saneamento no CM 1388 - Campo	39.480,92	0,00	1.974,05
		Total 2005	909.477,56	0,00	45.473,88
2006	ON	Arranjos Urbanísticos da Vila	8.880,32	0,00	444,02
	LEADER	LEADER - Centro Cívico de Moure	37.409,50	0,00	1.870,48
	ON	ON - Rede de Agua e Saneamento - 4º F	143.269,61	0,00	7.163,48
	INAG	Execução da Rede de Saneamento no Bairro do Almeida - Fontarcada	26.665,48	0,00	1.333,27
	INAG	Rede de Saneamento em Galegos	21.907,44	0,00	1.095,37
	INAG	Execução da Rede de Agua no Bairro N. Sª Fátima e EM 599 - Brunhais	8.083,64	0,00	404,18
	INTERREG	INTERREG III A - Vias Augustas	35.338,16	0,00	1.766,91
	POAGRIS	POAGRIS - Centro Ambiental de Calvos	130.760,50	0,00	6.538,03
	INAG	Execução da Rede de Agua no Bairro do Almeida - Fontarcada	11.736,53	0,00	586,83
	POAGRIS	POAGRIS - Itinerários Pedestres	63.332,49	0,00	3.166,62
	ON	Execução da Rede de Saneamento e Abast. Agua na EM 602 da Vila (moinhos Novos) a Garfe	13.458,58	0,00	672,93
	INAG	Abastecimento de Agua em Galegos	4.355,50	0,00	217,78
	ON	Abastecimento de Agua a Garfe - 1ª Fase	47.184,13	0,00	2.359,21
	ON	Abastecimento de Agua da Veiga à Quintela - Taíde	16.013,87	0,00	800,69
	ON	Execução de Saneamento e água no lugar da Comenda - Garfe	30.654,53	0,00	1.532,73
ON	Abastecimento de Agua a Freguesia de St. Emilião	33.939,30	0,00	1.696,97	

	ON	Execução de rede de saneamento no CM 1388 - Campo	8.733,77	0,00	436,69
	ON	Execução da Rede de Saneamento no lugar do Pinheiro ao de aldeia ao longo da EM 593 - Lanhoso	39.050,03	0,00	1.952,50
	ON	Execução da rede de saneamento no CM 1366 de Padim a Várzeas - Fontarcada	33.032,84	0,00	1.651,64
	AC	EP - Estrada EN 207-4	175.029,09	0,00	8.751,45
	ON	Abastecimento de Água a Geraz	58.154,26	0,00	2.907,71
	ON	Abastecimento de Água a Campo	70.080,84	0,00	3.504,04
	OUTRAS	Carrinha de Voluntariado	8.000,00	0,00	833,33
	ON	Abastecimento de Água a Lanhoso	32.626,68	0,00	1.631,33
		Total 2006	1.057.697,09	0,00	53.318,19
2007	ON	Abastecimento de Água	1.163,54	0,00	58,18
	ON	Piscina Coberta	31.798,37	0,00	397,48
	ON	Escola de Travassos - Obra	139.406,31	0,00	1.742,58
	ON	Escola da Vila - Obra	488.147,78	0,00	6.101,85
	ON	Escola da Vila - Parque Infantil	20.280,49	0,00	1.014,02
	ON	Rede de Saneamento da Vila - 4ª Fase	26.578,93	0,00	1.328,95
	ON	Estrada EN 207/4 - EM 602	226.225,19	0,00	11.311,26
	ON	Rede Viária - 7ª Fase	84.133,46	0,00	4.206,67
	ON	Abastecimento de Água a Lanhoso	12.452,39	0,00	622,62
	ON	Abastecimento de Água a Monsul	51.382,74	0,00	2.569,14
	ON	Abastecimento de Água ao longo de EM 595	76.752,37	0,00	3.837,62
	ON	Enoturismo - Frigorífico	1.025,62	0,00	146,46
	ON	Enoturismo - Mobiliário	3.047,38	0,00	380,92
	ON	Enoturismo - Equipamento interativo	2.163,67	0,00	308,97
ON	Enoturismo - Equipamento interativo	1.188,67	0,00	169,74	
		Total 2007	1.165.746,91	0,00	34.196,46
2008	ON	Parque do Pontido - 2ª Fase - Arruamento da Reguesenda	63.838,03	0,00	3.191,90
	ON	Coberto Vegetal	41.643,36	0,00	2.082,17
	ON	Beneficiação Largo António Lopes	65.570,17	0,00	3.278,51
	ON	Arranjo da Av. Padre David Novais - Fontarcada	78.489,19	0,00	3.924,46
	ON	Arranjo da Envolvente ao Adro da Igreja - Vilela	64.158,50	0,00	3.207,93
	ON	Serzedo, Cachada e Rabuide - Águas Santas	45.921,74	0,00	2.296,09

Handwritten signatures and initials:
12
[Signature]
[Signature]

ON	Confraria e Santa Marta - Calvos	20.514,40	0,00	1.025,72
ON	Estrada EN 207/4 - EM 602	42.662,34	0,00	2.133,12
ON	Rede de Saneamento em Galegos	10.900,87	0,00	545,04
ON	Loteamento Veiga ao Bobeiro - Taíde	48.793,02	0,00	2.439,65
ON	Abas. Água em Ajude	47.263,02	0,00	2.363,15
ON	Garfe - 2ª fase	78.221,88	0,00	3.911,09
ON	Abas. Água em Moure	53.108,74	0,00	2.655,44
ON	Remodelação de passeios da Av. 25 de Abril	58.367,09	0,00	2.918,35
ON	Arrifana, Paredes - Fontarcada	45.455,74	0,00	2.272,79
ON	Requalificação urbanística EM 435 M do CM 1389	79.323,15	0,00	3.966,16
ON	Beneficiação rua Dr. Avelino P. Carvalho	97.967,77	0,00	4.898,39
ON	Requalificação urbanística rua Cmdt. Luis Pinto da Silva e outros	224.643,03	0,00	11.232,15
ON	Requalificação urbanística rua Cmdt. Luis Pinto da Silva e outros - Iluminação Pública	83.121,52	0,00	4.156,08
ON	Requalificação urbanística rua Cmdt. Luis Pinto da Silva e outros - C. vegetal	57.729,26	0,00	2.886,46
ON	Estrada entre km 71250 - 70100 - Taíde	158.533,61	0,00	7.926,68
ON	Caminho Monsul/Verim	166.449,56	0,00	8.322,48
AGRIS	Parque de lazer Pontão	90.000,00	0,00	4.500,00
AGRIS	Caminho de Várzeas	86.993,87	0,00	4.349,69
AGRIS	Zona de lazer de Quintela	15.856,50	0,00	792,83
ON	Parque do Pontido - 2ª fase - Anfiteatro e espaço envolvente	46.664,45	0,00	2.333,22
ON	Parque do Pontido - 2ª fase - Biblioteca de jardim	206.704,60	0,00	25.838,08
ON	Arruamento entre a EN 205 e o caminho da Aldeia	141.420,17	0,00	7.071,01
ON	Parque do Pontido - 2ª fase - Instalações apoio	52.768,74	0,00	6.596,09
Total 2008		2.273.084,32	0,00	133.114,73
AGRIS	Benef. Caminho do Monte - Monsul/Geraz (acerto 2004 e 2005)	67.351,78	0,00	3.367,59
INAG	Abas. Agua em Porto D' Ave - Taíde	8.697,42	0,00	434,87
QREN	Revitalização do Centro P. Lanhoso - Benef. Av. Republica - 1ª Fase	104.987,60	0,00	5.249,38
INAG	Abas. Agua no Bairro do almeida ao lugar da Costa - Fontarcada	1.962,75	0,00	98,14
INAG	Abas. Agua Bairro N. Sª Fatima e EN 599 - Brunhais	9.652,45	0,00	482,62
INAG	Abas. Agua no Lugar de Brigos - Aguas Santas	2.203,03	0,00	110,15

2009

Handwritten signature and initials

	INAG	Abas. Agua no lugar de Várzeas - Fontarcada	9.222,00	0,00	461,1
	INAG	Abas. Agua no Caminho de Santinho - Taíde	3.423,75	0,00	171,19
	INAG	Abas. Agua no caminho de Simões/Rio - Fontarcada	17.408,90	0,00	870,45
	INAG	Abas. Agua no CM 1351 (Caldezes/Costa) - Moure	38.038,58	0,00	1.901,93
	INAG	Abas. Agua nos caminhos de Vilarinho (Frade) - S. Goma	19.406,75	0,00	970,34
	INAG	Abas. Agua no caminho de Vilarinho de Baixo e de Cima - S. Goma	19.756,00	0,00	987,8
	INAG	Rede de Saneamento em Galegos - 2ª Fase	5.609,87	0,00	280,49
	INAG	Rede de Saneamento em Galegos	10.503,51	0,00	525,18
	INAG	Abas. Agua no caminho do Carvalho, Calvário - Taíde	1.583,17	0,00	79,16
	INAG	Abas. Agua à freguesia de Taíde	2.741,72	0,00	137,09
	INAG	Abas. Agua CM 1379 no arruamento do Mosteiro - Porto D´Ave	2.326,25	0,00	116,31
	INAG	Abas. Agua no lugar da Tapada - Louredo	7.615,81	0,00	380,79
	INAG	Abas. Agua no caminho de St. Amaro - Taíde	3.443,00	0,00	172,15
	INAG	Exec. Rede de Saneamento e de Abast. água na Comenda - Garfe	19.767,54	0,00	988,38
	INAG	Saneamento na freguesia de Lanhoso	8.078,55	0,00	403,93
	INAG	Abas. Água em Moure	1.307,69	0,00	65,38
	ON	Benef. Largo de Quintela - Taíde	30.491,25	0,00	1.524,55
	ON	Benef. Caminho de Passos - Oliveira	42.131,30	0,00	2.106,57
	ON	Benef. Caminho da Pracinha - Galegos	27.825,32	0,00	1.391,27
	ON	Benef. Caminho do Rio - P. Lanhoso	58.807,28	0,00	2.940,36
	IEFP	Gabinete GIP - Mobiliário	3.500,00	0,00	437,5
	IEFP	Gabinete GIP - Impressora	313,22	0,00	19,56
	QREN	Centro Educativo António Lopes	697.930,57	0,00	8.724,13
		Total 2009	1.226.087,06	0,00	35.398,37
2010	INAG	Rede de saneamento no Mosteiro - Porto d`Ave	12.799,71	0,00	639,99
	INAG	Rede de abastecimento de Agua no Mosteiro - Porto d`Ave	5.690,88	0,00	284,54
	INTERREG	INTERREG III A - Vias Augustas	2.569,01	0,00	128,45
	INAG	Rede de saneamento no Gaveto do solar em Porto d`Ave	6.811,65	0,00	340,58
	INAG	Rede de água no Gaveto do solar em Porto d`Ave	1.376,53	0,00	68,83

INAG	Rede de saneamento em cima de vila - Lanhoso	12.672,15	0,00	633,61
INAG	Rede de saneamento ao longo da EN 205	5.367,78	0,00	268,39
INAG	Rede de Agua ao longo da EN 205	1.487,38	0,00	74,37
INAG	Execução da rede de água no lugar de Porto D'Ave e St. Amaro - Taíde	5.738,39	0,00	286,92
INAG	Execução de 1800 m de conduta distribuidora de água nos limites das freguesias de Travassos e Taíde	11.571,85	0,00	578,59
INAG	Abastecimento de água nas freguesias de Campo, Louredo à de St. Emilião	32.812,81	0,00	1.640,64
INAG	Execução da rede de abastecimento em caminhos no lugar de Portela - Serzedelo	4.360,56	0,00	218,03
INAG	Execução da rede de abastecimento em caminhos no lugar de Bezerral - Serzedelo	7.117,86	0,00	355,89
INAG	Execução da rede de abastecimento em caminhos no lugar de Pardieiros - Serzedelo	3.057,84	0,00	152,89
INAG	Rede de saneamento na Rua do Outeiro	3.311,19	0,00	165,56
INAG	Abastecimento de água à freguesia de Garfe - 3ª Fase	21.976,98	0,00	1.098,85
INAG	Rede de saneamento em dois caminhos em Mirão - Galegos	4.135,98	0,00	206,8
INAG	Rede de água em dois caminhos em Mirão - Galegos	1.914,92	0,00	95,75
INAG	Rede de abastecimento de Agua de Várzeas a Simães - Fontarcada	52.012,49	0,00	2.600,62
INAG	Abastecimento de água no caminho de vilarinho de Baixo (Carvalhos) - S. Goma	1.406,24	0,00	70,31
INAG	Abastecimento de água no caminho de lugar da Igreja (Carneiro) - S. Goma	1.986,14	0,00	99,31
INAG	Abastecimento de Agua no lugar de Real - Ferreiros	5.376,28	0,00	268,81
INAG	Rede de saneamento na freguesia de St. Emilião - 1ª Fase	57.886,35	0,00	2.894,32
INAG	Execução da rede de abastecimento de água - St. Emilião	10.800,93	0,00	540,05
INAG	Execução da rede de saneamento no Lugar da Corredoura ao Bobeiro - Taíde	9.708,25	0,00	485,41
ON	Enoturismo - Remodelação Casa da Botica - Sala Enólogos	6.300,07	0,00	78,75
INAG	Rede de saneamento entre o loteamento da Pedreira e a Ponte de	27.705,59	0,00	1.385,28

(Handwritten signatures and initials)

Donim - St. Emilião					
INAG	Execução da rede de água no Lugar da Corredoura ao Bobeiro - Taíde	22.100,28	0,00	1.105,01	
INAG	Rede de saneamento no caminho do Rio	12.655,93	0,00	632,8	
INAG	Abastecimento de Agua no lugar do Bobeiro - Taíde	7.175,60	0,00	358,78	
INAG	Abastecimento de Agua no caminho do Rio - Taíde	5.106,98	0,00	255,35	
ON	Enoturismo - Equipamento interativo	6.484,73	0,00	926,02	
INAG	Rede de abastecimento de água a Simões	24.903,60	0,00	1.245,18	
INAG	Rede de Saneamento no alto do Cruzeiro - Fontarcada	2.940,00	0,00	147	
INAG	Rede de Agua no alto do Cruzeiro - Fontarcada	2.881,40	0,00	144,07	
INAG	Abastecimento de água do lugar de Simões/Fontarcada a Valdemoura/Oliveira	12.819,87	0,00	640,99	
INAG	Abastecimento de água do lugar de Simões ao Santinho - Fontarcada	13.071,86	0,00	653,59	
INAG	Execução da rede de saneamento de ligação de St. Luzia à EM 602 passando pelo lugar de Aldeia	11.761,12	0,00	588,06	
INAG	Execução da rede de Agua de ligação de St. Luzia à EM 602 passando pelo lugar de Aldeia	4.640,29	0,00	232,01	
QREN	Centro Educativo António Lopes	343.778,63	0,00	4.297,23	
QREN	Centro Educativo António Lopes	417.710,24	0,00	5.221,38	
QREN	Jardim Gonçalo Sampaio	132.393,96	0,00	6.619,70	
QREN	Centro Educativo de Monsul	1.581.664,83	0,00	19.770,81	
Total 2010		2.920.045,13	0,00	58.499,52	
2011	QREN	Caminho da Argainha - Requeixo - S. João de Rei	159.176,07	0,00	7.958,80
	QREN	Comparicipação do Centro Educativo D. Elvira Camara Lopes	949.630,57	0,00	11.870,38
	QREN	Beneficiação e pavimentação de um troço da EM 597 (ligação à EN 103) - Calvos - Rendufinho	182.262,97	0,00	9.113,15
	QREN	Recuperação da Torre de Menagem do Castelo de Lanhoso	114.217,57	0,00	5.710,88
	QREN	Centro Educativo António Lopes (parte) - AVAC	5.450,83	0,00	68,14
	QREN	Centro Educativo de Monsul	5.418,32	0,00	67,73
	QREN	Quadros interativos do Centro Educativo do Cavado	4.661,16	0,00	582,64
	QREN	Ligação dual p/quadros interativos	160,62	0,00	20,08

[Handwritten signatures and initials]

	QREN	Mobiliário escolar biblioteca Centro Educativo do Cávado	161,08	0,00	20,14
	QREN	Aquisição de 19 PC's + monitor + Office para o Centro Educativo do Cavado	6.572,40	0,00	1.095,40
	QREN	Centro Educativo de Monsul - Mobiliário	15.643,19	0,00	1.955,40
	QREN	Aquisição de material didático para o Centro Educativo do Cavado	4.797,82	0,00	599,73
	QREN	Material didático JI Centro Educativo Cávado	3.198,28	0,00	399,79
	QREN	Instalação e configuração de equipamentos ativos de rede e interligação de edifícios - Projeto SAMA	46.372,44	0,00	1.932,19
	QREN	Criação de passeios e baía de paragem de autocarros na EN 205 ao km 63000	15.172,13	0,00	758,61
	QREN	Construção de uma rotunda na concordância da Av. da Republica com a EN 205 - Povo de Lanhoso	125.462,39	0,00	6.273,12
	QREN	Requalificação da Av. 25 de Novembro	107.800,98	0,00	1.347,51
		Total 2011	1.746.158,82	0,00	49.773,69
2012	QREN	Comparticipação do Centro Educativo D. Elvira Camara Lopes	1.087.499,36	0,00	13.593,74
	QREN	Recuperação da Torre de Menagem do Castelo de Lanhoso	61.240,25	0,00	3.082,67
	QREN	Caminho Agrícola do Carvalho - Calvos	92.119,50	0,00	4.605,98
	QREN	Caminho Agrícola do Camaroa - Serzedelo	106.355,24	0,00	5.317,76
	QREN	GESTRAVE	20.216,33	0,00	4.043,27
	QREN	Construção do Pavilhão de Monsul	305.908,02	0,00	3.823,85
	QREN	Informática - SAMA	9.936,95	0,00	414,03
	QREN	Centro Educativo António Lopes	84.603,77	0,00	1.057,55
	QREN	Centro Educativo de Monsul	85.311,60	0,00	1.066,40
	QREN	Jardim Gonçalo Sampaio	36.831,40	0,00	1.841,57
	QREN	Caminho da Argáinha - Requeixo - S. João de Rei	18.849,80	0,00	942,49
	QREN	Construção de uma rotunda na concordância da Av. da Republica com a EN 205 - Povo de Lanhoso	7.841,40	0,00	392,07
	QREN	Criação de passeios e baía de paragem de autocarros na EN 205 ao	948,26	0,00	47,41

km 63000

QREN	Requalificação da Av. 25 de Novembro	20.749,16	0,00	1.037,46
QREN	Beneficiação e pavimentação de um troço da EM 597 (ligação à EN 103) - Calvos - Rendufinho	21.583,78	0,00	1.079,19
QREN	Polidesportivo do Pontido	64.818,75	0,00	3.240,94
QREN	Centro Educativo de Monsul - Equipamento	53.788,35	0,00	7.325,01
QREN	Centro Educativo António Lopes - Equipamento	68.855,77	0,00	8.606,97
QREN	Centro Educativo D. Elvira Camara Lopes - Equipamento	75.889,75	0,00	11.328,52
INAG	Abastecimento de Agua na Rua de S. Pedro - Geraz do Minho	1.953,38	0,00	97,67
INAG	Execução da Rede de Abastecimento da Agua no lugar de Valdemoura ao lugar do Outeiro - Oliveira	18.841,63	0,00	942,08
INAG	Abastecimento de Agua em caminhos do lugar de Botica de Cima e Alto da Portela - Serzedelo	3.061,77	0,00	153,09
INAG	Rede de Abastecimento de Agua em St. Tecla - Geraz do Minho	1.506,50	0,00	75,33
INAG	Execução da rede de Abastecimento de Agua na ligação de St. Luzia/Fontarcada até à EM 602, passando no lugar da Aldeia	78.569,32	0,00	3.928,47
INAG	Execução da rede de Saneamento e Abastecimento de Agua do Alto do Cruzeiro /Fontarcada a Ponte de Pereiros /Vila ao longo da EN 205	10.505,13	0,00	525,26

Total 2012 2.337.785,17 0,00 78.568,78

2013

QREN	Construção do Pavilhão de Monsul	194.091,98	0,00	2.426,15
AGUAS NOROESTE	Protocolo de ligação reservatório RAO7 a rede de distribuição de agua da camara municipal em Geraz do Minho, Friande e Ajude	24.000,00	0,00	1.200,00
INAG	Rede de saneamento na ligação do loteamento de S. Fragustes a rotunda dos Romeiros, na ligação da EM 207 a Rua Jose a. Vieira, do lot. canal e dos sanitários do calvário a rede pub. - Taíde	23.534,07	0,00	1.176,70
INAG	Rede de saneamento nos Tinocos - freguesia de Lanhoso	7.350,94	0,00	367,55
INAG	Rede de saneamento de Mirão - Galegos ao emissário, incluindo troço	11.465,83	0,00	573,29

Handwritten notes and signatures:
Handwritten number 146, a signature, and other illegible marks.

	de abastecimento de água				
INAG	Rede de saneamento e abastecimento de água do alto do Cruzeiro/Fontarcada a Ponte Pereiros /vila ao longo da EN 205	28.115,17	0,00	1.405,76	
INAG	Rede de saneamento em Arrifana - Fontarcada - Povo de Lanhoso	27.964,62	0,00	1.398,23	
INAG	Saneamento na rua Aldeia de Cima - Fontarcada	2.290,66	0,00	114,53	
INAG	Saneamento na rua do Barreiro - Fontarcada	9.442,84	0,00	472,14	
INAG	Rede de saneamento de campo com ligação à Etar, incluindo a ligação do loteamento em S. Tiago	28.226,16	0,00	1.411,31	
INAG	Rede de saneamento existente à estação elevatória - Campo	4.817,74	0,00	240,89	
INAG	Troço de saneamento para ligação a EM 602 - Vilela	16.742,12	0,00	837,11	
INAG	Rede de saneamento e águas pluviais e pavimentação na travessa da Boucinha em Vilela	1.364,64	0,00	68,23	
INAG	Rede de saneamento na ligação da rua da Bela Vista a EM 602 - Vilela	2.507,70	0,00	125,39	
INAG	Rede de abastecimento de água na rua de S. Sebastião - Serzedelo	3.205,69	0,00	160,28	
INAG	Beneficiação e pavimentação de um troço da EM 597 (ligação à EN103) - Calvos - Rendufinho	18.000,00	0,00	900,00	
	Total 2013	403.120,16	0,00	12.877,56	
2014	QREN	Centro Interpretativo Maria da Fonte	718.342,36	0,00	-
	QREN	Eficiência energética da piscina coberta	246.179,72	0,00	2.564,37
	QREN	Relvado Sintético do campo de jogos de St. Emilião	52.294,25	0,00	-
	QREN	Criação de passeios e baía de paragem de autocarros na EN 205 ao km 63000	118,83	-16,83	-5,94
	QREN	Comparticipação do Centro Educativo D. Elvira Camara Lopes	175,98	-29,33	-22,00
	QREN	Ave Digital XXI - SAMA2	18.819,00	392,06	4.704,75
		Total 2014	1.035.930,14	345,90	7.421,18
	TOTAL	15.912.307,82	345,90	586.345,36	

Os subsídios para investimentos recebidos ao longo dos últimos 11 anos, encontram-se diferidos de acordo com as taxas de amortização associadas aos investimentos, encontrando-se neste momento diferido o montante de €12.648.567 e tendo sido até à data reconhecidos proveitos no valor de €4.594.637.

Unidade: Euros

Natureza	Valor
Estado	840.927
Fundos e serviços Autónomos	155.946
Instituições sem fins lucrativos	13.615
Fundos Comunitários	11.615.379
Outros	22.700
Outros proveitos diferidos	289.264
Total	12.937.831

Informações diversas

- Os honorários respeitantes ao Revisor Oficial de Contas durante o exercício de 2014 ascenderam a € 6.480,00 (s/IVA).

Divulgações de partes relacionadas

ANO: 2014

	ANMP	CIAB	ATNP	CIM	Centro Criatividade	EPAVE	Braval	Águas do Noroeste
Transações	4.756,00	1.885,94	1.500,00	13.659,22	0,00	1.054,81	161.593,19	862.836,42
Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	560,31	0,00	65,48
Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	494,50	455,75	89,75
Compras de Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	464.489,14
Juros Liquidados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.956,00
Serviços adquiridos	4.756,00	1.885,94	1.500,00	0,00	0,00	0,00	161.137,44	387.236,05
Subsídios concedidos	0,00	0,00	0,00	13.659,22	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118,47	24.238,79	72.576,22
Contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118,47	0,00	16,21
Contas a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.238,79	72.560,01
Empréstimos obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Handwritten notes in the top right corner, including a checkmark and some illegible scribbles.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS AMATOS DGA-SE

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 48.051.125 Euros e um total de Fundos Próprios de 24.140.549 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de (683.148 Euros)), a Demonstração de Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 13.572.211 Euros de despesa paga e um total de 13.596.243 Euros de receita cobrada bruta) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo do Município a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações, e o relato da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto às limitações descritas no parágrafo 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/ Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Executivo do Município utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efectuadas; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. Tal como referido nas Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados - Imobilizações, o Município mantém em curso a inventariação e a avaliação do respectivo património, estando relevado apenas no activo, o imobilizado adquirido a partir do ano de 2002 inclusive. Consequentemente não podemos aferir com segurança razoável qual o efeito nas contas de imobilizado, fundos próprios, amortizações acumuladas, amortizações do exercício e proveitos diferidos provenientes de subsídios afectos ao imobilizado. O Município ainda não dispõe de cadastro e inventário para os bens contabilizados conforme disposto no plano oficial de contabilidade das autarquias locais e na portaria nº 671/2000 de 17/04.

Opinião

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas no parágrafo 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO, em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

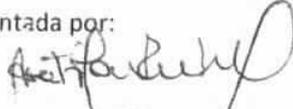
Ênfases

9. Sem afectar a opinião expressa acima, chamamos a atenção para as seguintes situações:
- 9.1. Apesar de previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, conforme referido nas Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados – Outras informações, ainda se encontra em fase de implementação a contabilidade de custos. No entanto, os encargos com as funções exercidas são apurados através de outros meios, não sendo de esperar desvios significativos aos encargos efectivamente suportados.
- 9.2. O art.º 24.º do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal, estabelece a forma de segurar os bens móveis e imóveis do Município. Verifica-se contudo, em conformidade com o descrito na nota 8.2.7.de Anexo que nem todos os bens se encontram cobertos pelo seguro, estando o Município a efectuar esta análise.
- 9.3. Em relação ao exercício anterior, a reserva n.º 8 foi regularizada e conforme devidamente mencionado na nota 8.2.27 do Anexo, existem processos judiciais em curso, que envolvem responsabilidades e outras contingências para o Município, tendo sido constituída uma provisão para processos judiciais em curso, no montante de 2.236.323 Euros, sendo que os impactos patrimoniais apenas serão conhecidos aquando da conclusão dos respectivos processos.

Braga, 21 de abril de 2015

Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 57)

representada por:



António Manuel Pinheiro Fernandes (R.O.C. n.º 993)

RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO EXERCÍCIO DE 2014

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso parecer sobre as Contas do **Município de Póvoa de Lanhoso** relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, o que vimos fazer nos termos seguintes:

1. Em termos de enquadramento, devemos referir que:

- a) as contas sobre que nos pronunciamos são as contas individuais.
- b) ainda que sejam de referir as limitações que decorrem da certificação legal das contas nesta data emitida, o desenvolvimento dos nossos trabalhos contou com a colaboração, por parte do Município, dos intervenientes e responsáveis aos diversos níveis, que em geral se mostraram interessados em discutir e acolher criticamente sugestões de melhoria de procedimentos por nós apresentadas.

2. No quadro das normas aplicáveis, considerando especialmente o disposto nos art.ºs 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 15 de 3 de 3 de setembro, procedemos,

- a) à verificação da regularidade dos livros, registos e respetivos suportes documentais;
- b) à verificação dos valores patrimoniais do Município;
- c) à análise dos procedimentos de controlo interno (contabilístico e administrativo) instituídos e à respetiva efetividade de aplicação;
- d) à análise das Demonstrações Financeiras, dos princípios contabilísticos subjacentes à sua elaboração, bem como do Relatório de Gestão;
- e) à análise dos mapas e do controlo da execução orçamental.

3. Os procedimentos seguidos permitem-nos expressar que:

- a) a Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão satisfazem as disposições legais e refletem a atividade e a situação patrimonial e financeira do Município no exercício em causa, nos termos da opinião que nesta data manifestamos na certificação legal das contas, onde

Expressamos uma limitação de âmbito;

Incluimos, como ênfases, referência à contabilidade analítica que se encontra em fase de implementação, a cobertura de seguros se manifestar insuficiente e a regularização de uma reserva colocada em 2013, com o respectivo reconhecimento da provisão para processos judiciais em curso.

parecendo-nos de salientar a preocupação dos responsáveis com a melhoria continua na qualidade da informação apresentada.

- b) os mapas de execução orçamental, globalmente apuram taxas de execução de 90% quanto à receita e quanto à despesa;
- c) explicações mais detalhadas sobre a execução orçamental podem ser colhidas no ponto "Análise Orçamental" do Relatório de Gestão.
- d) deverá prosseguir-se na melhoria dos procedimentos de controlo interno, aspetos que desenvolveremos em carta de recomendações a entregar à Câmara e que nos propomos continuar a acompanhar no desenvolvimento corrente dos trabalhos de auditoria.

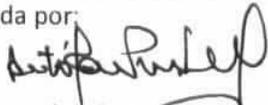
4. Tudo ponderado e como conclusão, somos de parecer que:

- a) O grau de execução orçamental corresponde, nas atuais condições, a um nível que consideramos muito razoável;
- b) as contas anuais do Município e o respetivo Relatório de Gestão, que devem ser vistas à luz dos esclarecimentos que integram, especialmente no Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados e no próprio Relatório, bem como da certificação legal de contas e das notas anteriores, merecem globalmente apreciação positiva;

e devemos salientar o espírito de colaboração com que pudemos contar por parte da Câmara Municipal e de todos os responsáveis aos diversos níveis, que agradecemos.

Braga, 21 de abril de 2015

Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 57)
representada por:



António Manuel Pinheiro Fernandes (R.O.C. n.º 993)